

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO DE ESTADO MAIOR CONJUNTO**

**2020/2021**



**TII**

**A IMPORTÂNCIA DA PARTILHA DE INFORMAÇÃO NO  
DESEMPENHO OPERACIONAL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO  
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**Fernando Carlos Dias Alves  
MAJOR GNR INF**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A IMPORTÂNCIA DA PARTILHA DE INFORMAÇÃO NO**  
**DESEMPENHO OPERACIONAL**

**MAJOR INF GNR Fernando Carlos Dias Alves**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Pedrouços 2021



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A IMPORTÂNCIA DA PARTILHA DE INFORMAÇÃO NO**  
**DESEMPENHO OPERACIONAL**

**MAJOR INF GNR Fernando Carlos Dias Alves**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: COR GNR INF Mário José Machado Guedelha

Coorientador: MAJ GNR ADMIL Lúdia de Jesus Janeiro Magalhães

Pedrouços 2021



## **Declaração de compromisso Antiplágio**

Eu, Fernando Carlos Dias Alves, declaro por minha honra que o documento intitulado “**A importância da partilha de informação no desempenho operacional**”, corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2020/2021** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **12 de maio de 2021**

MAJ GNR INF Fernando Carlos Dias Alves



## **Agradecimentos**

A realização do presente trabalho materializa o culminar de um dos maiores desafios da minha vida académica. A exigência desta investigação nunca seria concretizada sem a ajuda e colaboração de diversas pessoas que através do seu envolvimento possibilitaram o cumprimento deste objetivo.

Assim as minhas primeiras palavras de agradecimento vão para o meu orientador Coronel Mário Guedelha, oficial pelo qual tenho elevada consideração. A sua permanente disponibilidade e sabedoria, mas acima de tudo o seu apoio e incentivo, tornaram esta tarefa muito mais fácil de transpor.

À Major Lúcia Magalhães, minha coorientadora, pelo seu inestimável apoio e camaradagem, mostrado sempre disponibilidade para ajudar na elaboração do trabalho bem como no suporte motivacional nos momentos mais difíceis deste desafio.

Ao Sr. Coronel José Moisés, Diretor da Direção de Informações da GNR, ao Sr. Coronel João Nortadas, Diretor da Direção de Investigação Criminal da GNR, ao Coronel Pedro Oliveira Comandante do Comando Territorial da GNR em Faro, ao Tenente-Coronel Gonçalo Carvalho, Comandante do Comando Territorial de GNR em Santarém e ao Chefe do Centro Integrado de Gestão Operacional da GNR Tenente- Coronel Romeu Oliveira, que com a sua importante participação nas entrevistas concedidas permitiram-me sustentar a presente investigação.

A todos os oficiais da GNR que de forma pronta contribuíram com algum do seu tempo na resposta ao questionário elaborado no âmbito do presente trabalho.

Agradeço a todos os meus camaradas de curso, que através da sua camaradagem ajudaram a ultrapassar todas as dificuldades inerentes a frequência do Curso de Estado-Maior Conjunto.

Por último e propositadamente deixo as minhas mais sentidas palavras às três mulheres da minha vida: Rute, Beatriz e Maria, pelo tempo dedicação e atenção que lhes roubei, mas também por toda a compreensão e ajuda que me deram em toda esta etapa, convicto que este esforço será certamente recompensado.



## Índice

1. Introdução .....	1
2. Enquadramento teórico-conceitual e metodológico.....	4
2.1. As Informações e o seu ciclo de produção .....	4
2.1.1.    Informações .....	4
2.1.2.    Ciclo de produção de Informações .....	5
2.2. Modelos de policiamento.....	7
2.2.1.    Policiamento Burocrático .....	7
2.2.2.    Policiamento Comunitário.....	8
2.2.3.    Policiamento Orientado pelas Informações.....	9
2.3. Metodologia.....	11
2.3.1.    Resumo da metodologia .....	11
2.3.2.    Percurso metodológico .....	12
2.3.3.    Instrumentos .....	12
3. As Informações na Guarda Nacional Republicana .....	13
3.1. Atual quadro legal das informações em Portugal .....	13
3.2. Estrutura das Informações na Guarda Nacional Republicana .....	14
3.3. O ciclo de Produção de Informações na Guarda Nacional Republicana .....	17
3.3.1.    Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia .....	19
3.4. Síntese conclusiva.....	20
4. Apresentação e discussão de resultados.....	22
4.1. Análise das entrevistas.....	22
4.2. Análise dos questionários .....	30
4.3. Síntese Conclusiva.....	38
5. Conclusões .....	39
Referências bibliográficas .....	43

## Índice de Apêndices

Apêndice A – Modelo de Análise.....	Apd A-1
Apêndice B – Guião das entrevistas .....	Apd B-1
Apêndice C – Codificação e análise das respostas dos entrevistados .....	Apd C-1
Apêndice D – Amostra e guião dos questionários.....	Apd D-1
Apêndice E – Transcrição das respostas às questões 17 e 19 do questionário .....	Apd E-1



## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Ciclo de produção de Informações.....	7
Figura 2 – Estrutura das Informações da GNR após reestruturação de 2008.....	15
Figura 3 – Estrutura das Informações da GNR após Despacho 18/14-OG de 11 março ....	16

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 – Resultados da questão n.º 1 .....	31
Gráfico 2 – Resultados da questão n.º 2 .....	31
Gráfico 3 – Resultados da questão n.º 3 .....	32
Gráfico 4 – Resultados da questão n.º 4 .....	32
Gráfico 5 – Resultado das questões n.º 6.....	33
Gráfico 6 – Resultados da questão n.º 8 .....	34
Gráfico 7 – Resultados da questão n.º 9 .....	34
Gráfico 8 – Resultados da questão n.º 10 .....	34
Gráfico 9 – Resultados da questão n.º 12 .....	35
Gráfico 10 – Resultados da questão n.º 15 .....	36
Gráfico 11 – Resultados da questão n.º 16 .....	36
Gráfico 12 – Resultados da questão n.º 18 .....	37

## **Índice de Quadros**

Quadro 1 – Grelha de Entrevistados.....	22
Quadro 2 – Relação entre a questão n.º 6 e 7 .....	33
Quadro 3 – Relação entre a questão n.º 10 e 11 .....	35
Quadro 4 – Modelo de Análise.....	Apd A-1
Quadro 5 – Guião das entrevistas .....	Apd B-1
Quadro 6 – Codificação das respostas .....	Apd C-1
Quadro 7 – Análise das respostas às entrevistas.....	Apd C-3
Quadro 8 – Caracterização da População .....	Apd D-1
Quadro 9 – Obtenção da amostra para questionário.....	Apd D-1
Quadro 10 – Guião do questionário.....	Apd D-2
Quadro 11 – Respostas à questão n.º 17 e 18 .....	Apd E-1



## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Resultado da questão n.º 1 .....	23
Tabela 2 – Resultados da questão n.º 2 .....	23
Tabela 3 – Resultados da questão n.º 3 .....	24
Tabela 4 – Resultados da questão n.º 4 .....	25
Tabela 5 – Resultados da questão n.º 5 .....	25
Tabela 6 – Resultados da questão n.º 6 .....	26
Tabela 7 – Resultados da questão n.º 7 .....	26
Tabela 8 – Resultados da questão n.º 8 .....	27
Tabela 9 – Resultados da questão n.º 9 .....	27
Tabela 10 – Resultados da questão n.º 10 .....	28
Tabela 11 – Resultados da questão n.º 11 .....	29
Tabela 12 – Resultados da questão n.º 12 .....	30





## **Resumo**

Ser detentor de Informações, é ter a capacidade de prevenir e antecipar os perigos e ameaças à segurança dos cidadãos, proporcionando o conhecimento necessário à tomada de decisões atempadas e assertivas. Assim torna-se essencial aferir a importância que as Informações têm no desempenho operacional da GNR.

Face ao exposto, foi definido, como objetivo geral do presente trabalho, analisar os processos de partilha de Informações policiais na GNR e a sua importância para o desempenho operacional. A investigação seguiu um raciocínio dedutivo, utilizando uma estratégia mista, com um desenho de pesquisa de estudo de caso.

Os instrumentos metodológicos, análise documental, entrevistas semiestruturadas e um inquérito por questionário, permitiram concluir que a Guarda Nacional Republicana tem competência legal para a produção de Informações policiais, bem como, tem integrada, na sua orgânica, uma estrutura de produção de Informações, com meios humanos, detentores de qualificação e meios materiais, bem como informáticos, que potenciam a execução do seu ciclo de produção de Informações. Permitiu ainda concluir que esta estrutura tem efetuado as alterações necessárias para o melhoramento da sua atividade, sendo o seu trabalho de extrema importância para as atividades desenvolvidas pela Instituição, proporcionando um desempenho operacional eficaz, eficiente e coordenado.

## **Palavras-chave:**

Informações Policiais, desempenho operacional, Policiamento Orientado pelas Informações.



**Abstract**

*Intelligence capacity means the ability to prevent and anticipate dangers and threats to citizens' security, providing the necessary knowledge to take timely and assertive decisions. In the light of the above it is essential to assess the importance of intelligence in the operational performance of the GNR.*

*The study aims the analyses of the processes and systems for sharing Intelligence in the GNR and their importance for operational performance. The research followed a deductive reasoning, using a mixed strategy with a case study research design, using documentary analysis, semi-structured interviews, and a questionnaire survey as methodological tools.*

*The methodological instruments allowed to conclude that the National Republican Guard has the legal competence to produce intelligence. To operate this competence, it has integrated in its organic structure an Intelligence production structure, human resources with qualifications and have material and informatic resources that increase the execution of its Intelligence production cycle. The structure of intelligence of GNR has been making the necessary changes to improve its activity and its work is extremely important to the activities developed by the Institution, providing an effective, efficient, and coordinated operational performance.*

**Keywords:**

*Intelligence, operational performance, Intelligence-led policing*



## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

### **A**

Art. Artigo

### **C**

CO Comando Operacional

CRP Constituição da República Portuguesa

CTer Comando Territorial

### **D**

DAIC Divisão de Análise e Investigação Criminal

DCIS Divisão de Contrainformação e Segurança

DCSI Direção de Comunicações e Sistemas de Informação

DEAIC Divisão de Estudo e Análise de Informação Criminal

DI Direção de Informações

DIC Direção de Investigação Criminal

DivI Divisão de Informações

DO Direção de Operações

DSEPNA Direção do Serviço de Proteção da natureza e do Ambiente

### **E**

EUA Estados Unidos da América

### **F**

FFSS Forças e Serviços de Segurança

### **G**

GIPO Grupo Integrado de Planeamento de Operações

### **I**

IP Informações Policiais

### **L**

LSI Lei de Segurança Interna

LOIC Lei Orgânica da Investigação Criminal

### **N**

NAIIC Núcleo de Análise de Informação e Informação Criminal

### **O**

OSCD Órgãos Superiores de Comando e Direção

OE Objetivo específico



OPC	Órgãos de Polícia Criminal
<b>P</b>	
PC	Policamento Comunitário
PERINTREP	Relatório Periódico de Informações
PIIC	Plataforma para o Intercambio de Investigação Criminal
POI	Policamento Orientado pelas Informações
POP	Policamento Orientado pelo Problema
PPB	Policamento Profissional-burocrático
PUC-CPI	Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional
<b>Q</b>	
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
<b>S</b>	
SIED	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIC	Secção de Investigação Criminal
SIIC	Secção de Informações e Investigação Criminal
SIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia
SIRP	Serviço de Informações da República Portuguesa
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SISchengen	Sistema de Informações Schengen
SJ/SRH	Secção de Justiça e Secção de recursos Humanos
SOTRP	Secção de Operações Treino e Relações-Públicas
SOITRP	Secção de Operações Informações Treino e Relações-Públicas
SRLF	Secção de Recursos Financeiros e Logísticos
SSEPNA	Secção do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
<b>U</b>	
UCAT	Unidade de Coordenação Antiterrorismo
<b>Z</b>	
ZA	Zona de Ação



## **1. Introdução**

Com a presente investigação, pretende-se, em ambiente académico, determinar de que forma a partilha da informação contribui para o desempenho operacional da Guarda Nacional Republicana (GNR) e avaliar a importância desta atividade, através da identificação e análise das vantagens, inconvenientes, limitações e potencialidades.

Servir os cidadãos, por forma a proporcionar um sentimento de segurança, exige, das Forças e Serviços de Segurança (FFSS), um exercício constante e parcimonioso de onde, quando e o que, utilizar. As palavras de ordem são proatividade e capacidade de antecipação, aos acontecimentos que possam potenciar sentimentos de insegurança. Os recursos atribuídos às FFSS são limitados, pelo que a sua aplicação eficaz dependerá sempre do conhecimento dos problemas de segurança de determinada zona de ação (ZA).

“Uma polícia mal informada é uma polícia paralisada!” (Alves, 2008, p.134). Atuar em ocorrências policiais, sem previamente recolher Informações, restringe as polícias ao improvisado do uso da Força. (Alves, 2008).

A prevenção é um importante vetor da segurança interna. Através desta, consegue-se chegar a ações oportunas, evitando assim ações reativas. A prevenção baseia-se na constante procura de Informações, atualizadas para que possam ser utilizadas na tomada de decisão. (Lourenço, Lopes, Rodrigues, Costa & Silvério, 2015).

A GNR, contempla na sua orgânica, uma estrutura de produção de Informações. Esta estrutura tem dois patamares de implementação: os Órgãos Superiores de Comando e Direção (OSCD) e as Unidades Operacionais.

Essencialmente, as Informações produzidas, através destes órgãos, são Informações Policiais (IP), ou seja, Informações de menor ordem de grandeza e exclusivamente necessárias à prossecução da sua atividade operacional, visto que, legalmente, a produção de Informações de segurança é exclusiva do Serviço de Informações de Segurança (SIS).

A interligação de toda esta estrutura encontra-se assente num sistema informático que, entre outras funcionalidades, promove a partilha das Informações. Este sistema é designado por Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP).

Neste desiderato, é perceptível que a instituição se dotou de mecanismos que asseguram a produção das Informações necessárias à sua atividade, sendo possuidor de órgãos que se dedicam, em exclusivo, a esta atividade, com recursos humanos e materiais especializados para o efeito. Assim, é essencial que se possa aferir a importância que as Informações têm no desempenho operacional da GNR.



A problemática que o presente tema encerra é ampla, o que implica um assertivo esforço de delimitação, circunstanciando à investigação ao objeto e objetivos do estudo.

O sistema de Informações em Portugal abrange muitas instituições e diversos tipos de Informações, como demonstraremos no corpo de conceitos, sendo que, direcionou-se o esforço de investigação para a demonstração da importância das Informações no planeamento e conduta de operações policiais, concretamente na GNR, materializado num estudo de caso.

O objeto da investigação deste trabalho é o processo de partilha de Informações da GNR no desempenho operacional da Instituição.

De acordo com o objeto de estudo identificado, a investigação, em termos de conteúdo, será delimitada às Informações na GNR.

No que diz respeito à delimitação no âmbito do domínio tempo, foi tido em consideração a entrada em funcionamento do separador notícias no SIIOP, que veio trazer inúmeras vantagens na produção e partilha de Informações. Nesta senda a investigação vai ser direcionada para o espaço temporal que medeia entre o dia 28 de dezembro de 2017 e a atualidade.

No que respeita ao domínio espaço, por uma questão de racionalização e interesse do investigador, a delimitação que foi definida restringe a investigação ao universo da GNR.

O objetivo geral desta investigação é analisar os processos de partilha de IP na GNR e a sua importância para o desempenho operacional.

Para que se possa ter um alcance pleno na concretização do objetivo geral da investigação, é essencial poder concretizar os seguintes objetivos específicos (OE):

- OE 1.** Caracterizar o tipo de Informações produzidas na GNR;
- OE 2.** Analisar o ciclo de produção de Informações da GNR;
- OE 3.** Analisar a importância das Informações produzidas pela GNR no desempenho operacional.

Estes objetivos deram origem à seguinte Questão Central (QC): De que forma a partilha de Informações contribui para o desempenho operacional da GNR?

Pelo estipulado no objetivo geral e respetivos objetivos específicos, e tendo em conta a questão central, elenca-se as seguintes questões derivadas:

- QD 1.** Que tipo de Informações são produzidas na GNR?
- QD 2.** Como se efetua o ciclo de produção de Informações na GNR?



**QD 3.** Que importância as Informações produzidas pela GNR têm no seu desempenho operacional?

A investigação seguiu um raciocínio dedutivo, sendo a estratégia de investigação mista. Quanto ao desenho de pesquisa, foi seguido o estudo de caso, utilizando-se como instrumentos metodológicos a análise documental, a entrevista semiestruturada e um inquérito por questionário.

O trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, além da presente introdução e respetivas conclusões.

No segundo capítulo, está presente o enquadramento conceptual de forma a enquadrar e a delimitar o tema, bem como o enquadramento metodológico.

No terceiro capítulo, analisou-se a atividade de Informações na GNR, começando com a evolução e quadro atual das Informações passando pela estrutura de Informações na GNR e pelo ciclo de produção de Informações na instituição.

No quarto capítulo, efetuou-se a apresentação e discussão dos resultados, com a análise das entrevistas e dos questionários, que muito ajudaram a analisar e compreender a problemática estudada, nomeadamente a dimensão das Informações na GNR e a sua importância para a atividade operacional.

Por fim foram efetuadas as conclusões, recomendações e futuras linhas de investigação.

## **2. Enquadramento teórico-conceptual e metodológico**

### **2.1. As Informações e o seu ciclo de produção**

#### **2.1.1. Informações**

Para melhor nos situarmos no objetivo do presente trabalho, impera abordar o conceito de Informações e alertar para a tendenciosa ambiguidade relativamente a outros conceitos.

Considera-se importante diferenciar informação, conceito no singular e, Informações, conceito no plural. Esta diferenciação tem sido pautada, muitas das vezes, por um rigor menor, o que vem trazer confusão entre Informações como plural de informação e Informações como *Intelligence*. Esta confusão deriva do facto de não adaptarmos os conceitos anglo-saxónicos de *information* e *intelligence* (Guedelha, 2014). Informação é genérico, já Informações consiste na recolha e processamento de informação (Moreira, 2004).

Como vimos, é importante que esteja presente a distinção destes dois conceitos, pelo que importa diferenciá-los. Informação são “as notícias que são veiculadas pelos mais diversos meios [...] é material não avaliado e não explorado que apresenta interesse para “um serviço de Informações”” (Alves, 2012, p.79 e 80). Já Pedro Clemente (2005, p.372) afirma que a “informação traduz o conjunto de dados contextualizados no espaço, no tempo e no cenário de ação, enquanto as Informações exprimem o sistema de recolha, de análise e de processamento de informação, para obter um conhecimento acrescido de certa situação”.

Segundo o n.º 2 do art.º 2.º e art.º 6.º, ambos da Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, republicada pela Lei Orgânica n.º 4/2014, de 5 de setembro, o Serviço de Informações da República Portuguesa (SIRP) tem como missão produzir as Informações necessárias para “a segurança interna e externa, bem como à independência e interesses nacionais e à unidade e integridade do Estado”, sendo que exerce esta atividade em exclusividade.

No âmbito deste estudo, interessa perceber que, de acordo com a atual legislação, o SIRP, através do SIS, tem a exclusividade da produção das Informações de segurança em Portugal. Para Armando Alves (2012, p.87), as Informações de segurança “Têm carácter defensivo e aplicam-se principalmente no ambiente da segurança interna. São Informações sobre a identidade, capacidades, intenções de organizações e indivíduos hostis que possam estar envolvidos em espionagem, subversão, sabotagem, terrorismo ou crime organizado”.

A exclusividade do SIRP, no que respeita à produção de Informações, não deverá ser encarada como uma condição castradora de outras atividades, que pelas suas condutas possam configurar produção de Informações. Deve ser tido em conta que “a atividade de





Informações constitui uma antecipação da tutela do Estado de direito democrático, relativamente à Investigação Criminal. Antecipação que é norteada, sem dúvida, pelo conhecido aforismo segundo o qual mais vale prevenir que remediar” (Pereira, 1998 cit. por Costa, 2013, p.12).

Rui Pereira (1998 cit. por Costa, 2013), afirma que os Órgãos de Polícia Criminal (OPC), mesmo com a detenção do monopólio das Informações por parte do SIRP, não estão impedidos de produzir Informações prospetivas e instrumentais da Investigação Criminal.

Apesar das atividades do SIRP estarem vedadas às FFSS, estas necessitam de obter Informações acerca das atividades que configurem uma ameaça atual, ou potencial, da sua ZA. Com a produção de Informações pelas polícias, “pretende-se obter conhecimento sobre organizações, grupos ou indivíduos hostis, que se dedicam à prática criminosa ou a perturbar a ordem pública” (Vaz, 2015, p.52). Estes tipos de conhecimento são, por norma, definidos como IP.

Para melhor compreender as IP, vamos analisar a distinção feita por Pedro Clemente. Este, divide as IP em Informações de ordem pública, Informações criminais e contrainformação. Sendo que as primeiras se centram nas incivildades, as segundas na atividade da Investigação Criminal e as terceiras a proteção da nossa informação confidencial, perante consulta indesejada de terceiros (Clemente, 2007).

Na ótica de Gouveia (2018), existe uma separação vincada entre IP e Informações criminais. As primeiras auxiliam as polícias na sua atividade operacional diária, enquanto as segundas traduzem-se no conhecimento que é carreado no âmbito do Processo-crime.

Já Carlos Alves (2012), faz a distinção de IP como aquelas que abrangem muito mais atividades que a Investigação Criminal e que visam aplicar medidas que melhorem a eficácia das operações face às ameaças.

#### 2.1.2. Ciclo de produção de Informações

A produção de Informações tem de ter em conta que, um produto portador de conhecimento válido, que sirva de apoio às decisões, tem de resultar de um tratamento, através de métodos científicos, por parte de pessoas devidamente acreditadas para o efeito (Alves, 2012). A diferenciação das Informações para uma notícia, ou para uma informação, é a sujeição das duas últimas a um processo, um sistema, um circuito. Pedro Cardoso afirma o seguinte:

[...] a atividade de informações envolve um processo complexo de Pesquisa, avaliação, análise, integração e interpretação de informações. As informações



para serem úteis devem ser adequadas, oportunas e bastante precisas. Devem ainda ser bem coordenadas e integradas e rápidas, oportuna e apropriadamente difundidas e consideradas elos responsáveis de toma das decisões. (Cardoso, 1980, p.137)

O circuito que alimenta as Informações é, assim, complexo e caracterizado por diversas fases. Este ciclo está assente em dois grandes tipos de atividades: a recolha de notícias e o estudo do assunto (Alves, 2012).

Pela complexidade do sistema que alimenta e produz Informações, é primordial que se possa fazer uma seleção do que se pretende produzir, de forma a rentabilizar o sistema, e poder, da melhor forma, servir os utilizadores com o melhor produto possível. Neste sentido, é importante que haja um planeamento de Informações descomplexo, adequado às realidades em que a organização se encontra inserida e de acordo com a sua situação geral e a dos seus adversários. Este plano deve ser elaborado pelos órgãos responsáveis pela condução e produção de Informações, em conjunto com todos os elementos que possam vir a ser beneficiários das Informações que sejam produzidas (Alves, 2012).

A produção das Informações, é feita através de um processo que é contínuo, constituindo um verdadeiro ciclo. Este processo, o qual se designa de ciclo de produção de Informações, é dividido em quatro fases que são dinâmicas, uma vez que se interligam durante o processo (Alves, 2012).

O ciclo segundo(Alves, 2012) está dividido em quatro fases, pelo que de seguida vamos explorar cada uma destas fases que são:

- Orientação da pesquisa

Nesta fase define-se que tipo de dados e informação é necessária, e de que forma vamos obter, estabelecendo elementos essenciais, critérios e prioridades.

- Pesquisa

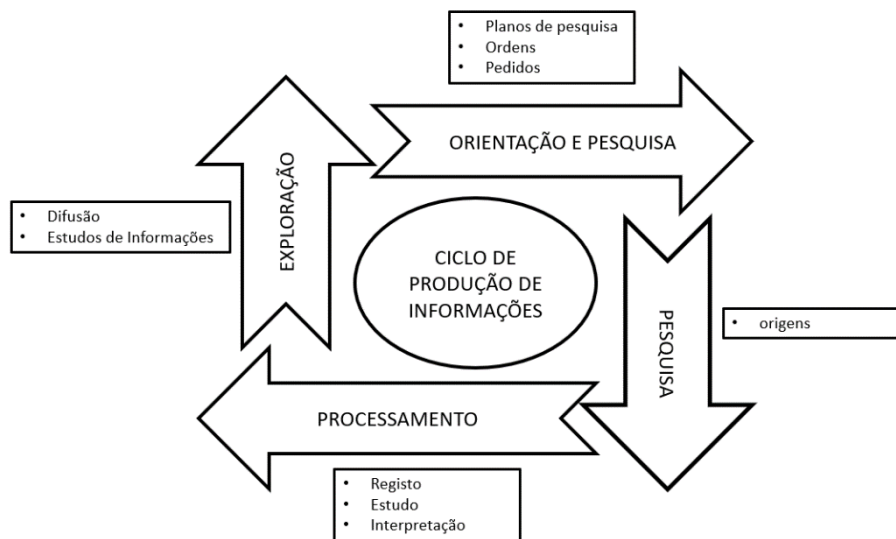
Nesta fase, fazemos a exploração das fontes. Estas fontes podem ser pessoas, coisas ou atividades, existindo técnicas e formas específicas de as explorar.

- Processamento

Nesta fase é onde as notícias são transformadas em Informações. As tarefas são registar, estudar e efetuar a interpretação das notícias, para atingir uma conclusão. Aqui, terá de ser levado em conta, que não nos devemos aproximar da pesquisa, de forma a não enviesar o nosso estudo e interpretação.

- Exploração

Nesta fase é quando se dá utilidade às Informações, por forma a conseguir prever os perigos e vulnerabilidades, as ameaças e a possibilidade de atuação adversária. Nesta fase, também é incluída a tarefa da difusão das Informações, pelas entidades que tiverem necessidade de as conhecer.



**Figura 1 – Ciclo de produção de Informações**

Fonte: Adaptado a partir de Alves (2012, p.99).

## 2.2. Modelos de policiamento

Enquadrando o tema abordado, temos de analisar conceitos que possam sustentar a atividade operacional das polícias, em geral, e da GNR, em particular. A atividade operacional corrente, é sustentada em modelos de policiamento que procuram a prevenção do crime e a redução do sentimento de insegurança.

[...] A literatura sobre modelos de policiamento é diversa e pouco consensual. Os modelos mais abordados são o modelo de Policiamento Profissional-burocrático (PPB), o modelo de Policiamento Comunitário (PC) ou de Proximidade, o modelo de Policiamento Orientado pelo Problema (POP), o modelo de Policiamento Orientado pelas Informações (POI). (Ferreira, 2011, p.21)

### 2.2.1. Policiamento Burocrático

O PPB, de 1930, é marcado por estruturas muito bem organizadas e com hierarquia bem vincada e estruturada (Batitucci, 2011). As prioridades são estabelecidas pela hierarquia e devem ser executados de forma célere e eficaz (Tomassini, 2013). Implica dispersão policial, numa distribuição uniforme, exigindo grandes corpos policiais. A forma de patrulhamento é aleatória e sem qualquer tipo de indicador de criminalidade. É



predominantemente reativo e genérico, dando ênfase à rapidez com que se chega às ocorrências e se efetua a detenção dos agentes do crime. A lei configura o principal instrumento de atuação da polícia (Fernandes, 2005). A relação é distante e imparcial com o cidadão, cumpre-se os deveres sem convicções pessoais e sem olhar para as necessidades do público (Poncioni, 2005). A resolução dos crimes é muito impessoal, não se estando atento aos fenómenos que estão subjacentes à infração (Tomassini, 2013). A lei é aplicada de forma intensiva e a identificação de suspeitos, e controlos rodoviários, frequentes, em busca da redução de crimes. Este tipo de estratégia tem sido aplicado por diversos corpos policiais, durante vários anos, no entanto, nunca ficou solidamente comprovado que eram eficazes. As estatísticas elevadas, a detenção em situações de crimes menores, a resolução de muitos crimes e a rapidez de resolução, nunca conseguiram, de forma direta, comprovar a baixa de criminalidade e, em certos momentos, até tinham índices mais elevados que outros modelos (Fernandes, 2005).

#### 2.2.2. Policiamento Comunitário

O PC surge na década de 80 do sec. XX e a sua definição é de difícil concretização. No entanto, podemos afirmar que a atuação é caracterizada pelo recurso a um conjunto alargado de meios, que vão muito para além dos recursos policiais. A comunidade, através dos diversos atores, é chamada a participar nos problemas de segurança comuns, e o policiamento passa a ser centrado nessas necessidades. Neste tipo de modelo, a segurança tenta ser alcançada, através da parceria entre polícia e comunidade. A descentralização e a autonomia dos meios humanos e materiais da polícia são necessárias. Os patrulheiros passam a ter mais autonomia nas suas atividades. Ter a noção de risco e a proximidade ao cidadão, sustentado num número elevado de patrulhas apeadas, são palavra de ordem neste modelo (Fernandes, 2005).

Chamar a comunidade para fazer parte da prevenção criminal, deve-se também “consubstanciar na implementação de programas ou medidas preventivas ou de apoio às vítimas, assentes na atuação multi-institucional proactiva e coordenada” (Elias, 2007, p.484). Nesta senda, o PC vai muito além da exclusiva aplicação de técnicas e táticas policiais.

Para a *Organization for Security and Co-operation in Europe* (OSCE) (2021), a polícia da atualidade desempenha um grande número de tarefas de ordem complexa, o que a obriga a recorrer às comunidades, em virtude de não as conseguir providenciar de forma autónoma. O controlo eficaz do crime alcança-se através de uma sólida parceria entre a organização



policial e a comunidade. Para o sucesso deste modelo, a polícia tem de se integrar com a comunidade, desenvolvendo tarefas com visibilidade, estabelecer conhecimento mútuo, encorajar membros da comunidade, ouvir os seus problemas e tentar corresponder às suas necessidades, bem como estar disponível para as suas atividades. Com toda esta rede de colaboração, a concretização da segurança terá muito mais qualidade.

O atual PC exige alterações organizacionais e culturais nas organizações policiais, formação diferenciada, diferentes formas de recrutamento, compensações remuneratórias e sistemas promocionais (Peak, 2013). Este tipo de policiamento, não passa só pela aplicação de novas técnicas e formas de patrulhamento. Para a sua clara implementação, tem de existir uma estratégia organizacional, periodicamente medida, e que se foca na legitimidade, através de ação policial ampliada, descentralizada aos mais baixos escalões, próxima da comunidade e dos seus problemas (Kelling & Moore, 1988).

Analisando agora a realidade portuguesa, verificamos que o policiamento de proximidade aparece na década de 90, evoluindo até aos nossos dias com o PC. É nesta altura que o discurso político começa a incorporar este termo, sendo que, por arrasto, acaba por ser utilizado nas organizações policiais. De lá até aos nossos dias, muitas têm sido as ações que têm vindo a contribuir para a adoção deste modelo de policiamento no nosso país. Programas como “Escola Segura”, “Idoso em Segurança”, “Táxi Seguro”, entre outros, confiados à responsabilidade de elementos policiais com funções específicas nessa área, têm demonstrado muita obra feita, no caminho para alcançar a plenitude deste modelo (Moleirinho, 2009).

#### 2.2.3. Policiamento Orientado pelas Informações

O modelo de POI pela sua conceptualização e definição ainda não se encontra solidificada junto do meio académico.

As polícias e a sua forma de atuar têm sido resistentes à mudança. No entanto, com as pressões da complexidade do policiamento, com as pressões internas e externas, com o crime organizado e transnacional e a constante evolução tecnológica, o policiamento tem sido baseado nas Informações (Ratcliffe, 2008).

Segundo Moleirinho (2009), este modelo ganha força nos Estados Unidos da América (EUA) após o 11 de setembro de 2001, mas a sua origem remonta à década de 90, do século XX, no Reino Unido. Segundo o mesmo autor, a ideia deste modelo, define que o esforço da atividade policial deve ser feito sobre as atividades mais importantes desencadeadas pelo adversário. Se os problemas causados por estes forem identificados por força da *Intelligence*,



estes poderão facilmente ser referenciados e acusados em sede de processo-crime. A realidade criminal que as polícias enfrentam atualmente, não se enquadra com polícias de outras gerações. O seu reconhecimento, os recursos humanos e materiais que dispõe, tende a diminuir cada vez mais. Assim a *Intelligence* é crucial no processo de tomada de decisão, no planeamento e na definição de objetivos, dando primazia à prevenção criminal (Moleirinho, 2009).

Rattcliffe (2008) define *Intelligence-led Policing* como um processo de gestão colaborativo e uma filosofia de gestão em que a análise de dados e a inteligência criminal são essenciais para um objetivo, um quadro de tomada de decisões, que facilita a redução do crime e dos problemas, a interrupção e a prevenção através de estratégias de gestão estratégica e de aplicação efetiva, que visam os infratores recorrentes e perigosos.

Para este autor, esta atividade, quando aplicada corretamente, proporciona a construção de uma estratégia de prioridades de atuação policial eficaz, sendo que, cada vez mais, é central na atividade policial. Afirmar também, que esta atividade tem vindo a adquirir uma grande flexibilidade e a ser adaptada a atividades policiais não criminais, como os problemas de sinistralidade rodoviária (Ratcliffe, 2008).

Já (Gonzales et al., 2005) define *Intelligence-led policing* como um processo de gestão colaborativo, baseado na melhoria das operações de Informações e no policiamento e resolução de problemas orientados para a comunidade. Estes autores, afirmam que estas atividades são eficazes tanto para ameaças a larga escala, como o terrorismo, bem como para atividades de baixa intensidade, como a criminalidade local.

Pedro Clemente (2007), afirma que a atividade operacional policial é sustentada por uma grande atividade de Informações, sendo que as FFSS não sobrevivem sem a produção destas. “A inteligência policial favorece a predição dos perigos e o afastamento das incivildades” (Clemente, 2007, p.385). Para este autor, a resposta eficaz e rápida à criminalidade e desordem pública, parte de uma polícia dotada de capacidade de inteligência, que possa produzir IP. Este vinca que as duas grandes Forças de Segurança em Portugal, não terão capacidade de sobreviver, se não possuírem capacidade para produzir Informações.

Para André Elias (2009), o POI preocupa-se com a identificação dos suspeitos e os horários de maior atividade, sendo que a informação representa a matéria prima essencial para a distribuição do policiamento. Este mesmo autor, defende que o POI não é um modelo completo, mas sim uma técnica pelo que, obrigatoriamente, terá de ser relacionada com outro modelo, apontando o Policiamento de Proximidade. Para este autor o POI só consegue



alcançar a sua matéria-prima de trabalho através da informação e notícias que vão sendo veiculadas na comunidade, pelo que a proximidade, com o meio onde a polícia está inserida, é fundamental. O meio ambiente que circunda a comunidade onde esta comunica e partilha conhecimento e experiências, é certamente um ótimo local onde o POI se pode alimentar da informação que necessita. Nesta senda, a aproximação só pode ser alcançada através do policiamento de proximidade e só pode existir nas ações onde a polícia cria vínculos, junto da comunidade. Assim, na ótica de André Elias (2009), o POI é instrumental e uma ferramenta com grande utilidade na ação policial e que, juntamente com o Policiamento de Proximidade, contribuem de forma efetiva para um policiamento eficiente e eficaz.

É neste contexto que, reavaliar o papel das FFSS, enfatizando a maior utilização das Informações, vai certamente prepará-las para as realidades securitárias atuais, como por exemplo o terrorismo, mas também para a criminalidade convencional (Moleirinho, 2009).

### **2.3. Metodologia**

#### **2.3.1. Resumo da metodologia**

No caso em concreto do presente estudo, assumiu-se uma filosofia construtivista, assumindo que os atores sociais executam, em permanência, os fenómenos sociais, e que os produzem na interação entre estes mesmos atores sociais, com a envolvente (Santos et. al, 2019).

A metodologia na qual o investigador se apoiou, está alicerçada no raciocínio dedutivo, uma vez que se partiu de uma situação geral para o particular, tendo como objetivo analisar uma situação particular, com recurso a uma teoria sustentada num raciocínio lógico (Santos et al., 2019).

Para que se possa concretizar a metodologia indicada anteriormente, foi escolhida uma estratégia de investigação mista. Este tipo de estratégia flexibiliza a investigação, visto recorrer a abordagens qualitativas e quantitativas, que permitem uma recolha de dados mais sólida e resultados convergentes (Bryman, 2012). Para sustentar a abordagem qualitativa foi utilizada a análise documental de fontes primárias (legislação, manuais e literatura) e a entrevista semiestruturada. Já a abordagem quantitativa foi alicerçada num inquérito, por questionário.

Para desenho de pesquisa, afigurou-se como mais adequado, o estudo de caso. Querer saber a importância da partilha de Informações na GNR, promoveu a recolha de “informação detalhada sobre uma única unidade de estudo, podendo essa unidade ser o indivíduo, a comunidade ou até mesmo a nação”. (Yin 1993 e 2005 *cit.* por Santos et al., 2019).



### 2.3.2. Percurso metodológico

Segundo Santos et al. (2019), e conforme o preconizado para o tipo de trabalho a que o investigador se propõe, o mesmo vai ser dividido em duas etapas, sendo elas, a fase exploratória, e a fase analítica e conclusiva.

A primeira fase denominada exploratória, culminou com a apresentação do Projeto de Investigação do presente trabalho. Na segunda fase, a analítica e conclusiva, procedeu-se à recolha de dados e respetiva análise. A análise documental, as entrevistas semiestruturadas e o questionário, permitiram a recolha de dados que foi direcionada para as respostas construídas no nosso modelo de análise. As entrevistas foram direcionadas ao Diretor da Direção de Informações (DI), ao Diretor da Direção de Investigação Criminal (DIC) e a Comandantes de Unidade. No que respeita aos questionários, foram dirigidos aos Chefes das Secção de Informações e Investigação Criminal (SIIC) e Chefes das Seções de Operações Treino e Relações Públicas (SOTRP) e Comandantes de Destacamento das várias unidades da GNR.

Após a aplicação dos instrumentos foram analisados os dados recolhidos, efetuada uma rigorosa discussão dos resultados obtidos. Com estas ações procuram-se alcançar conclusões e implicações da investigação, seus contributos para o conhecimento e que limitações e recomendações devem ser divulgadas a todos aqueles que de alguma forma queiram dar continuidade à problemática estudada.

### 2.3.3. Instrumentos

Conforme o que foi definido anteriormente, a estratégia de investigação é mista, sendo que, para a sua persecução, foi idealizada a utilização dos seguintes instrumentos de recolha dados: a análise documental, as entrevistas semiestruturadas e inquérito por questionário. Estes tentaram trazer à investigação a perspetiva necessária para que se possa entender o fenómeno com a cientificidade necessária (Bryman, 2012).





### **3. As Informações na Guarda Nacional Republicana**

#### **3.1. Atual quadro legal das informações em Portugal**

A conotação negativa das Informações, adotada pela sociedade portuguesa com o Estado Novo, criou uma crise nas instituições com funções de produção de Informações. Só dez anos após a revolução de 1974, foi criado o SIRP e conjuntamente com este, o SIS e o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED). A sua missão, fruto da vivência da repressão do Estado Novo, é envolta em muitas restrições e com mecanismos de controlo bastante apertados (SIRP, 2021).

A referência ao SIRP, na Constituição da República Portuguesa (CRP), é muito discreta, sendo só mencionado no art.º 164.º, alínea q), o que lhe relega uma dignidade muito diminuta (Fontes, 2010). A menção ao sistema, no texto constitucional, só aparece, pela primeira vez, em 1997 e unicamente no plano organizacional. A diminuta menção, denota que as Informações não têm sido uma prioridade democrática e são encaradas com reserva, fruto das experiências vivenciadas na ditadura. As exigências atuais no combate a ameaças securitárias globais, geraram, junto da opinião pública e do poder político, a necessidade de tornar este serviço um instrumento fundamental no combate e supressão do fenómeno (Gouveia, 2013).

O SIRP encontra-se previsto e regulamentado pela Lei n.º 30/84, de 5 de setembro<sup>1</sup>, constituindo-se como o Serviço de Informações Português, tendo como missão a produção de Informações que sejam necessárias à “segurança interna e externa, bem como à independência e interesses nacionais e à unidade e integridade do Estado” (Lei Orgânica n.º 4/2014, de 5 de setembro). Por força do art.º 6.º, do seu diploma regulamentar, o SIRP exerce a atividade de produção de Informações em exclusividade. Os funcionários do SIRP encontram-se sujeitos ao dever de sigilo e segredo de estado<sup>2</sup> e a sua ação é devidamente balizada pela supervisão do Conselho de fiscalização, que é composto por três cidadãos eleitos pela Assembleia da República<sup>3</sup>.

Não obstante, outros diplomas legais abrem a possibilidade de outras instituições desenvolverem esta atividade. Desde logo, a Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, Lei de Segurança Interna (LSI), promove a colaboração no acesso às Informações, fala da interoperabilidade dos sistemas de Informações, prevê a Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT) que coordena a partilha de Informações no âmbito do combate ao

---

<sup>1</sup> Republicada pela Lei Orgânica n.º 4/2014, de 5 de setembro.

<sup>2</sup> Cfr. art.º 28.º e 32.º da Lei n.º 30/84, de 5 de setembro republicada pela Lei Orgânica 4/2014, de 5 de setembro.

<sup>3</sup> Cfr. art.º 8.º da Lei n.º 30/84, de 5 de setembro republicada pela Lei Orgânica 4/2014, de 5 de setembro.



terrorismo, bem como fala do Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional (PUC-CPI), que assegura a partilha de Informações com entidades internacionais<sup>4</sup>.

De igual modo, a Lei Orgânica da Investigação Criminal (LOIC), Lei n.º 49/2008, de 27 agosto, prevê a existência de um sistema integrado de Informações Criminais, partilhado por todas as FFSS, bem como pela autoridade judiciária, e estende essa partilha ao universo internacional<sup>5</sup>.

### **3.2. Estrutura das Informações na Guarda Nacional Republicana**

O atual ambiente operacional das polícias é caracterizado pela volatilidade, a incerteza, a complexidade e a ambiguidade (VICA). Ter a capacidade de acesso, antecipadamente, a Informações, é crucial para uma resposta célere e eficaz às necessidades de segurança das populações. A GNR, consciente do meio onde se encontra inserida, incorpora na sua orgânica uma estrutura de produção de Informações. A estrutura está edificada essencialmente nos OSCD e nos Comandos das Unidades operacionais.

A atual estrutura, tem por base a reestruturação da instituição no ano de 2008. Nessa altura, a GNR sofreu alterações significativas, sendo que a orgânica dedicada à produção e difusão de Informações, acaba por sofrer modificações.

A criação dos OSCD, organizados em Comandos Funcionais, obriga a estrutura das Informações a adaptar-se a esta nova realidade organizacional. Nos OSCD, as Informações têm uma direção própria, na dependência do então formado Comando Operacional (CO), designada Direção de Informações (DI). Esta direção, tem como competências as atividades de IP e de segurança e de contrainformação<sup>6</sup>. Para sustentar a atividade da Direção, foram criadas, como Unidades Orgânicas e Flexíveis<sup>7</sup>: a Divisão de Informações (DivI) e a Divisão de Contrainformação e Segurança (DCIS).

No plano operacional, as Informações foram implantadas nos órgãos de Estado-Maior das Unidades, no órgão responsável por toda a gestão operacional e formação das Unidades, as Secções de Operações, Treino e Relações-Públicas (SOTRP), que na altura, por motivos

---

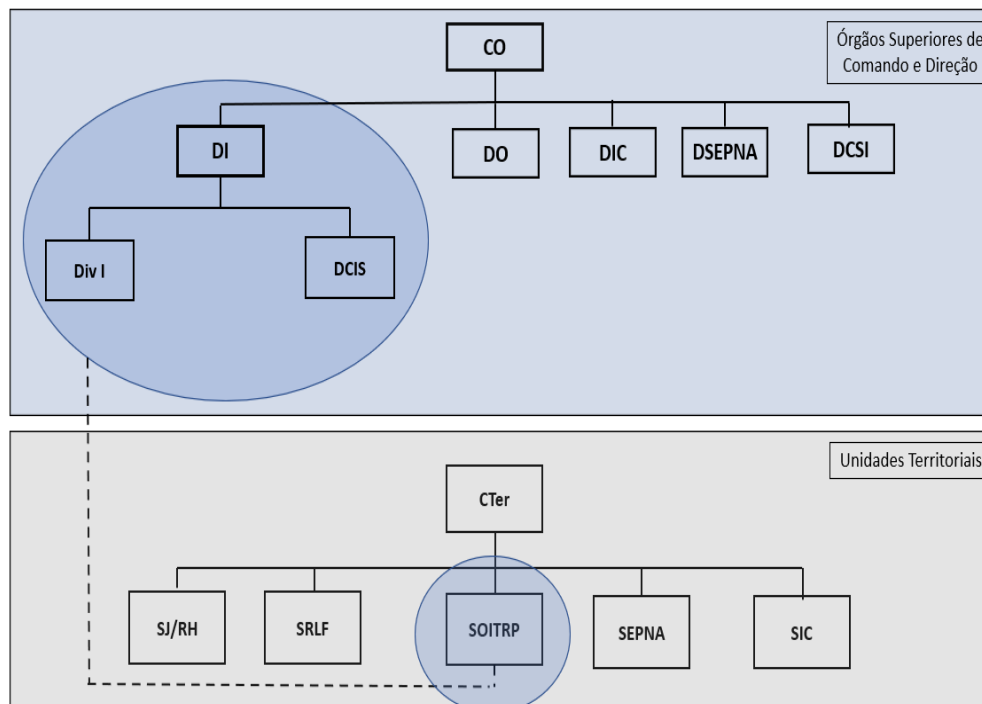
<sup>4</sup> Cfr. alínea c) do n.º 1 do art.º 16.º, alínea b) do n.º 1 do art.º 17.º, art.º 23.º, art.º 23-A.º todos da LSI Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto, 2008.

<sup>5</sup> Cfr. art.º 11.º e 12.º da LOIC Lei n.º 49/2008, 2008 de 27 agosto.

<sup>6</sup> Cfr. alínea c) do n.º 1 do art.º 3.º e art.º 7.º do Decreto Regulamentar n.º 19/2008 de 27 novembro.

<sup>7</sup> Criadas pelo Despacho n.º 32021/2008 de 5 dezembro.

de incluírem as Informações, ganhavam o “I” e designavam-se de SOITRP<sup>8</sup>. A figura n.º 2 ilustra a estrutura após 2008:



**Figura 2 – Estrutura das Informações da GNR após reestruturação de 2008**

Fonte: Adaptado a partir de Despacho n.º 72/08-OG (2008).

Estas alterações subsistiram até 2014, altura em que a Investigação Criminal sofreu uma reestruturação, com base no Despacho n.º 18/14, de 11 de março, emanado pelo Comandante-Geral. Este transferiu a responsabilidade da produção e difusão de Informações, a nível das Unidades, das SOITRP, para as Secções de Investigação Criminal (SIC), que ganham um “I”, passando a designar-se Secções de Informações e Investigação Criminal (SIIC).

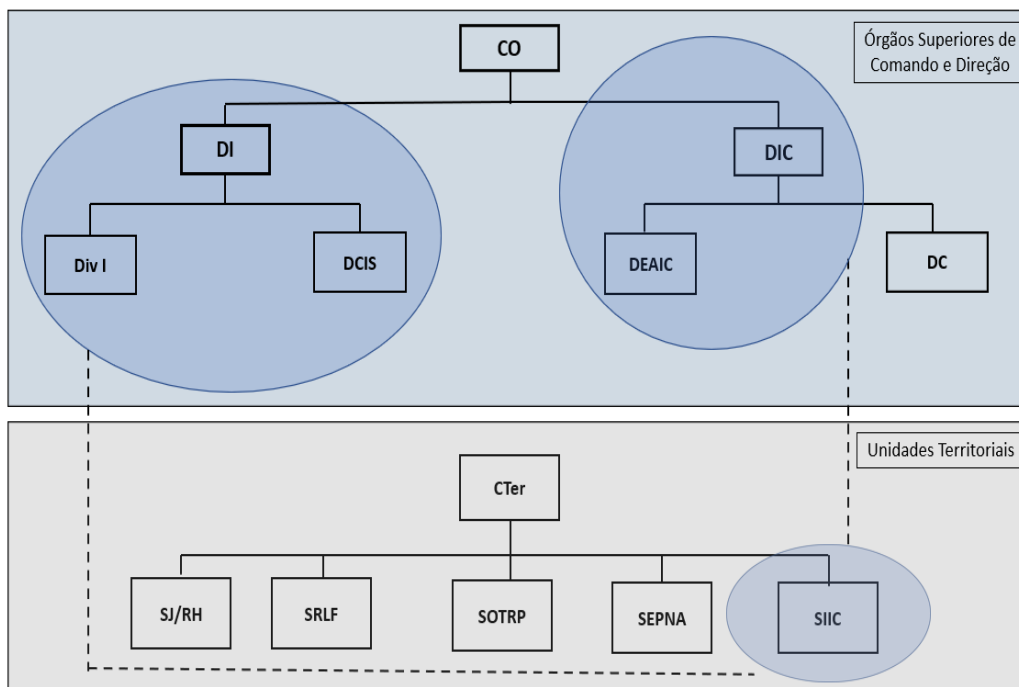
Em consequência desta alteração, a Direção de Investigação Criminal (DIC), na dependência do CO, acabou por reforçar competências no âmbito das Informações, sendo que a Divisão de Análise e Investigação Criminal (DAIC)<sup>9</sup>, passa a designar-se por Divisão de Estudo e Análise de Informação Criminal (DEAIC)<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Despacho n.º 72/08-OG de 22 de dezembro do Comandante-Geral da GNR – Competências, a estrutura e o efetivo das Unidades Territoriais.

<sup>9</sup> Despacho n.º 32021/2008, de 31 dezembro.

<sup>10</sup> Despacho n.º 18/14 - OG de 11 março.

Em suma, a estrutura atual das Informações comporta uma direção bicéfala, repartida entre a DI e a DIC, sendo que a nível dos CTer concentra-se nas SIIC. A Figura 3 ilustra a estrutura das Informações, pós Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março:



**Figura 3 – Estrutura das Informações da GNR após Despacho 18/14-OG de 11 março**

Fonte: Adaptado a partir de Despacho n.º 18/14-OG (2014).

No que respeita a competências, estas encontram-se atualmente regulamentadas pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro, Despacho n.º 18/14-OG, de 11 março e Despacho n.º 1292/2020, de 29 de janeiro<sup>11</sup>.

Assim nos OSCD temos a DI, que em termos genéricos efetua a superintendência das atividades de produção e difusão de Informações na GNR<sup>12</sup>. Para estas funções, conta com a DivI, virada para as questões gerais da superintendência da atividade e com a DCIS, virada para tudo o que sejam atividades de contra informação e segurança, das Informações produzidas pela GNR<sup>13</sup>.

Nas Unidades territoriais, as SIIC, pela sua dupla dependência, acabam por acumular muitas funções que não dizem diretamente respeito à atividade de Informações. Em termos de estrutura, estas Secções comportam um conjunto de núcleos virados para assuntos de

<sup>11</sup>Este configura o último despacho que define as Unidades flexíveis, sendo que já existiram várias alterações desde 2008. A área das Informações desde 2014 que não sofre alterações.

<sup>12</sup>Em consonância com as várias alíneas previstas no art.º 7.º do Decreto Regulamentar n.º 19/2008 de 27 novembro.

<sup>13</sup>Cfr. art.º 14.º e art.º 15.º do Despacho n.º 1292/2020 de 29 janeiro do Comandante-Geral da GNR de 29 de janeiro.



Investigação Criminal, sendo que existe um núcleo, o Núcleo de Análise de Informação e Informação Criminal (NAIIC), com competências na recolha, produção e alguma difusão, de IP<sup>14</sup>.

Por último, vamos abordar as alterações que o Decreto-Lei n.º 7/2021 de 18 de janeiro, impuseram no CO, com a criação do Departamento de Operações. Sobre a alçada deste Departamento, foi criado o Grupo Integrado de Planeamento de Operações (GIPO)<sup>15</sup>. Este grupo, conforme o Despacho n.º 42/21-OG, de 25 janeiro, do Comandante-Geral, tem como objetivo o planeamento da atividade operacional de âmbito nacional, e promover o planeamento operacional, com o apoio da partilha de Informações, através das ferramentas que a GNR tem acesso<sup>16</sup>.

### **3.3. O ciclo de Produção de Informações na Guarda Nacional Republicana**

A GNR, pela sua natureza castrense, adota, no seu ciclo de produção de Informações, muito do previsto na Publicação Doutrinária do Exército PDE 2-00 Informações, Contrainformação e Segurança, bem como no Manual de Informações da GNR.

Como primeiro ponto do ciclo, temos a orientação do esforço de pesquisa. Esta primeira fase, consiste na determinação das necessidades de informação para determinada conduta operacional. Estas podem advir do respetivo comandante, das diversas células de Informações dos escalões subordinados, ou de questões relacionadas com as características da ZA. Estas necessidades exigem um processamento de dados, notícias e informação, para produção de Informações (PDE 2-00, 2009). Na GNR, estas orientações poderão ser materializadas nas “Ordens e Pedidos de pesquisa”, que podem ter origem na necessidade de informação das Unidades, ou em indícios decorrentes do processo de produção de Informações, que necessitem de ser clarificados, originando assim, um novo ciclo de pesquisa (GNR, 2016).

Seguindo a evolução do processo de produção de Informações, segundo a PDE 2-00 (2009), passamos para a pesquisa. Esta fase divide-se em três partes, nomeadamente a gestão das necessidades de pesquisa através de plano, a exploração dos órgãos de pesquisa pela célula de Informações e a entrega das notícias para a próxima fase em tempo oportuno (PDE 2-00, 2009). Recorrendo ao universo da GNR e verificando quem pode fornecer as notícias necessárias, aquando da pesquisa, verifica-se que o trabalho “[...] de obtenção e processamento de notícias é feito pelos órgãos de pesquisa, que são no fundo todos os

---

<sup>14</sup> Despacho n.º 18/14-OG de 11 de março.

<sup>15</sup> Cfr. o n.º 3 do art.º 6.º-A do Decreto-Lei n.º 7/2021, de 18 de janeiro.

<sup>16</sup> Cfr. n.º 5 do Despacho n.º 42/21-OG de 25 janeiro.



militares da GNR [...] Todo o militar da GNR, qualquer que seja a sua situação/função está afeto ao Sistema de Informações.” (GNR, 2016, p. 16). Estes pesquisam, ou fazem chegar notícias de pessoas, documentos ou material ou então manifestações do adversário, em forma de indícios. Os processos pela qual se realizam as pesquisas passam pelas inquirições, vigilâncias, reconhecimentos, entre outros, sendo o militar em patrulha, o órgão, por excelência, que regista a maioria dos factos. Este registo, até há bem pouco tempo, era efetuado na guia de patrulha, passando, após dezembro de 2017, a ser efetuado no separador de notícias do SIIOP<sup>17</sup> e, por norma, tenta responder as seguintes questões: Quando? Quem?; Onde?; O quê?; e Como? (GNR, 2016).

Após efetuada a pesquisa, passamos à próxima fase do ciclo, que é o processamento das notícias, para que possam ser convertidas em Informações. Segundo a PDE 2-00 (2009), esta fase divide-se em cinco etapas. A primeira etapa é o registo, onde se efetua a receção e identificação dos dados que foram pesquisados. A segunda etapa é a avaliação, onde se aprecia a informação que é recolhida, relativamente à confiança e grau de verosimilhança. Como terceira etapa temos a análise, onde se retiram da notícia os seus elementos significativos. Na quarta etapa temos integração, onde se combinam os elementos significativos, obtidos com outras notícias e Informações, por forma a conseguir hipóteses lógicas. Por último temos a interpretação, onde é dado significado ao recolhido, em comparação com outros elementos de informação ou Informações existentes.

Após o processamento das notícias ter sido efetuado, e já se conseguir ter um produto final, chega a altura de fazer a disseminação das Informações, pelo que esta será a última fase do ciclo de produção de Informações. A disseminação é “[...] definida como a disponibilização oportuna de uma notícia, ou informação, numa forma apropriada e através de meios adequados, àqueles que delas necessitam.” (PDE 2-00, 2009, p. 3-20). Em termos de formato de disseminação, existem diversas formas das Informações chegarem aos seus destinatários, nomeadamente na forma escrita, gráfica, ou em dados eletrónicos.

A nível escrito, temos Estudos, os Anexos de Informações e os Relatórios de Informações. Na GNR, as formas mais usuais deste tipo de disseminação, são os Anexos de Informações e os Relatórios de Informações. Os primeiros visam suportar, em termos de Informações, uma determinada operação. Este tipo de documento tem vindo a fazer parte da maioria das Diretivas Operacionais existentes na Instituição. Quantos aos Relatórios de Informações, a GNR preconiza o Relatório Periódico de Informações (PERINTREP), com

---

<sup>17</sup> Este separador será abordado no subcapítulo 3.3.1.



o intuito de contribuir para linhas de estratégias e de combate à criminalidade do decisor e, para o escalão inferior, como ferramentas de planeamento. Este, por norma, circula pelos vários escalões hierárquicos, tanto de forma ascendente, como descendente, sendo produzido pelos órgãos da estrutura de Informações da GNR. Já os Relatórios de Informações, são elaborados por qualquer escalão, a partir de Destacamento, e visa dar conhecimento do desenrolar de qualquer acontecimento (GNR, 2016).

A evolução da transmissão da informação por via eletrónica, veio impulsionar a disseminação de Informações, com o benefício de poderem ser utilizadas pelos destinatários em tempo real (PDE 2-00, 2009). A GNR, na atualidade, sustenta a sua atividade de Informações através do SIIOP<sup>18</sup>, sendo este sistema informático a coluna dorsal do ciclo de produção de informações da instituição. Em paralelo com este sistema, e por força dos diversos acordos internacionais em que Portugal se encontra envolvido, existem outros sistemas informáticos que contribuem para o ciclo de produção de Informações e para a sua disseminação. É exemplo, o Sistema de Informação Schengen (SISchengen), que já conta com uma segunda geração, o SISchengen II, que configura um instrumento de cooperação entre Estados aderentes, no que respeita à gestão de Informações. O sistema tem capacidade para fornecer dados na categoria de pessoas, documentos, armas de fogo, viaturas e moeda, através de consulta direta dos militares no terreno, tendo capacidade para fornecimento de dados dactiloscópicos e fotografias. A necessidade de informação suplementar, é satisfeita através do Gabinete SIRENE (GNR, 2016).

### 3.3.1. Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia

Foi em 1995, e através do Decreto Regulamentar n.º 2/95, de 25 de janeiro, que nasce, no seio da GNR, o Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIIOP), e que, na altura, tinha por “finalidade organizar e manter atualizada a informação necessária ao exercício das missões da GNR.”(Decreto Regulamentar n.º 2/95 de 25 janeiro).

O sistema foi desenhado para se adaptar aos eventos da GNR, assentando no ciclo de produção de Informações, com o objetivo de tornar acessíveis o enorme volume de Informações produzidas pela GNR, necessárias à atividade operacional (Guedes, 2010). Assim “O SIIOP consiste num repositório de dados centralizado, disponível em todo o dispositivo da GNR, organizado em diversos módulos funcionais, específicos para cada área de especialidade e com comunicação entre eles”(PDGNR 1-03-01, 2020, p.1-1).

---

<sup>18</sup> Este sistema será mais bem abordado no subcapítulo 3.3.1.





Este sistema, permite à GNR o apoio na tomada de decisão, na uniformização e rentabilização da sua implementação em todo o território Nacional. Neste sistema, são registadas as ocorrências criminais, contraordenacionais e de acidentes de viação, matérias de fiscalização, na área da segurança rodoviária, bem como de outras áreas. Este sistema também permite a permuta com a Plataforma para o Intercambio de Investigação Criminal (PIIC), bem como o acesso a informação do SISchegen. No âmbito estatístico, permite o registo de resultados das operações, bem como de toda a gestão do efetivo, meios auto e meios materiais (PDGNR 1-03-01, 2020).

Com relevância para o presente trabalho, salienta-se o separador Notícias sendo este parte integrante do SIIOP e constituindo-se como base de partida para o ciclo de produção de Informações, atividade que constitui um dos pilares da tomada de decisão (GNR, 2018). Esta funcionalidade foi colocada ao dispor de todos os militares da GNR, no SIIOP, para que possam, de forma simples e concisa, introduzir informação, ou notícias, que possam ser exploradas com vantagem para o serviço policial (GNR, 2018).

A informação carregada tem como finalidade ser utilizada pelas SIIC e pela DI, para, que através dos seus analistas, previamente munidos de perfil especial, possam processar a informação e que, através de Informações, possam dar o seu *feedback* (GNR, 2018).

Em termos de acessos e perfis, o sistema encontra-se devidamente hierarquizado conforme o "tipo de utilizador", "funções", "especialidades", "centro de registo", "classificação de segurança" e "classificação de confidencialidade" (PDGNR 1-03-01, 2020, p.1-5), pelo que a sua utilização encontra-se, essencialmente, sujeita à necessidade geral de conhecimento da Informação.

### **3.4. Síntese conclusiva**

A referência a Informações na CRP é diminuta, e a sua atividade muito controlada. A Lei atribui ao SIRP a primazia desta atividade, limitando muito a capacidade das polícias. No entanto, vários diplomas legais criam condições para que os OPC possam produzir Informações, como por exemplo a LSI, ou a LOIC. A GNR, para este desidrato, conta com uma estrutura de Informações. A estrutura tem por base a reestruturação de 2008, contudo, em 2014, fruto do Despacho n.º 18/14, de 11 março, do Comandante-geral, esta estrutura sofreu uma alteração, a nível das Unidades operacionais, onde as Informações passaram da alçada das Operações, para a Investigação Criminal.

O ciclo de produção de Informações, nas suas quatro fases, segue a doutrina do Exército português, constante no PDE 2-00 (2009) e o Manual de Informações da GNR. Para





a recolha de Informações, a GNR enfoca a recolha por todos os seus militares e civis, sendo que o SIIOP se apresenta como a coluna dorsal do ciclo, sendo essencial para a inserção de dados, através do seu separador de notícias.



#### 4. Apresentação e discussão de resultados

No presente capítulo propõe-se efetuar uma análise dos resultados dos instrumentos que foram utilizados na presente investigação. O primeiro subcapítulo procede à análise das entrevistas, que foram efetuadas a diversos oficiais da GNR, que ocupam cargos relacionados com as Informações e Comandantes de Unidade Territorial, conforme Quadro 1. O segundo subcapítulo, procede à análise das respostas a um inquérito por questionário, que foi direcionado a oficiais da GNR que se encontram colocados nas Unidades Territoriais, e que ocupam lugares de chefia de órgãos de apoio à atividade operacional, relacionados com Informações e operações, e a oficiais que comandam subunidades operacionais da GNR, conforme, o Apêndice D.

Com os instrumentos aplicados, pretendeu-se recolher contributos relacionados com as atividades de produção de Informações na instituição, como se encontra estruturada, a sua capacitação para desenvolver a atividade face às exigências atuais e o contributo que estas efetuam, para a atividade operacional da GNR. Os resultados obtidos nos instrumentos, vão contribuir para complementar a resposta à QD1 e QD2, e para dar plena resposta à QD3, contribuindo para o principal desiderato do trabalho, a resposta à QC.

##### 4.1. Análise das entrevistas

Conforme descrito acima, um dos instrumentos que foi aplicado, para poder sustentar as respostas às QD, foi a aplicação de uma entrevista.

Neste sentido, foi remetido o guião da entrevista constante no apêndice B e as respostas segmentadas conforme codificação do Apêndice C. Este instrumento foi aplicado a uma amostra não probabilística intencional (Santos & Lima, 2019), conforme a seguinte grelha de entrevistados:

Quadro 1 – Grelha de Entrevistados

Código	Posto/Nome	Função	Data
E1	Coronel José Moisés	Diretor – Direção de Informações/GNR	12/04/2021
E2	Coronel João Nortadas	Diretor – Direção de Investigação Criminal/GNR	30/03/2021
E3	Coronel Pedro Oliveira	Comandante do Comando Territorial de Faro/GNR	16/04/2021
E4	Tenente-Coronel Gonçalo Carvalho	Comandante do Comando Territorial de Santarém/GNR	12/04/2021
E5	Tenente – Coronel Romeu Oliveira	Chefe do Centro Integrado de Gestão Operacional/GNR	15/04/2021

Após a realização das entrevistas, foram apurados os resultados nas tabelas seguintes:

Tabela 1 – Resultado da questão n.º 1

1. Que tipo de Informações a GNR legalmente pode produzir e para que finalidade as pode utilizar?						
Segmento Resposta	Entrevistado					%
	E1	E2	E3	E4	E5	
A.1.1	x	x	x	x	x	100%
A.1.2						0%
A.1.3						0%
A.1.4	x		x	x	x	80%
A.1.5	x	x	x	x	x	100%
A.1.6	x					20%
A.1.7	x					20%

Da análise efetuada à questão n.º 1, todos os entrevistados concordam que existe enquadramento legal para a GNR produzir IP e Informações Criminais. O E1 e E2 fizeram questão de vincar a diferença entre as Informações não incluídas num inquérito criminal, e as incluídas. Estes dois entrevistados, salientaram o trabalho prospetivo, antes dos fenómenos criminais, além de outros fenómenos, como a cibersegurança, contestação social, a violência, terrorismo e proteção e segurança da força. Por último, verifica-se que o E1 salienta que as Informações da GNR são desenvolvidas ao seu nível, podendo ser estratégicas, operacionais e táticas.

Tabela 2 – Resultados da questão n.º 2

2. Considerando o ciclo de produção de Informações da GNR quais são os órgãos/ unidades/ subunidades/ elementos tem a sua disposição para esta função e que atribuições têm?						
Segmento Resposta	Entrevistado					%
	E1	E2	E3	E4	E5	
B.1.1	x		x	x		60%
B.1.2			x	x		40%
B.1.3	x	x			x	60%
B.1.4						0%
B.1.5		x	x	x	x	80%
B.1.6	x		x	x		60%
B.1.7	x	x	x	x		80%
B.1.8	x					20%

Relativamente à questão n.º 2, verifica-se que os órgãos de Informações, no apoio à atividade operacional, encontram-se dispersos pelos OSCD, assim como pelas Unidades operacionais, e que os órgãos operacionais se encontram nas Unidades operacionais. No que



toca às atividades de recolha e produção de Informações, foi claro, em muitas das entrevistas, que todos os militares e civis da GNR são órgãos de pesquisa. Esta afirmação evidencia os 80% de respostas, que afirmam que os seus órgãos de apoio a atividade operacional efetuam recolha de notícias e informação, bem como os expressivos 60% nos órgãos operacionais. No campo da produção de Informações, os órgãos de apoio a atividade operacional aparecem destacados, com 80%, pelo que a maioria do trabalho de Informações passa pelos órgãos de apoio à atividade operacional, nomeadamente as SIIC e as várias divisões da DI.

**Tabela 3 – Resultados da questão n.º 3**

3. Considerando a atual estrutura orgânica da Guarda, onde devem ser incluídas as Informações Policiais? Na DIC ou DI, nas SIIC ou nas SOTRP, ou em todos? Descreva as razões para a sua resposta.						
Segmento Resposta	Entrevistado					%
	E1	E2	E3	E4	E5	
B.2.1	x		x		x	60%
B.2.2.						0%
B.2.3.		x	x		x	60%
B.2.4						0%
B.2.5.				x		20%
B.2.6		x	x	x	x	80%
B.2.7		x				20%

Através da análise das respostas à presente questão e, mediante a resposta de E4, e a reserva de E1, infere-se que a maioria dos entrevistados é da opinião que as Informações devem estar na SOTRP, independentemente de poderem estar noutros órgãos. A principal razão é a melhoria do ciclo de produção de Informações (80%). E2 refere a libertação de militares para atividades de investigação criminal, deixando de satisfazer pedidos vindos da DI. Nesta pergunta, é de salientar as respostas do E1 e E2 que referem que o Despacho n.º 18/14, de 11 de março, se encontra em revisão, e que um dos assuntos que está em revisão, é esta dependência das Informações. Por último, E5 enfatiza a criação de uma estrutura independente de Informações, como forma de elevar a importância desta atividade.



**Tabela 4 – Resultados da questão n.º 4**

4. Considerando o ciclo de produção de Informações da GNR, que formação é exigida aos Recursos Humanos e, qual acha que devia ser exigida?						
Segmento	Entrevistado					%
Resposta	E1	E2	E3	E4	E5	
B.3.1						0%
B.3.2	x	x	x		x	80%
B.3.3			x			20%
B.3.4	x	x		x		60%
B.3.5						0%
B.3.6	x	x		x		60%
B.3.7				x	x	40%

Relativamente à questão n.º 4, é notório que os entrevistados evidenciam a necessidade de formação dos recursos humanos que trabalham com Informações, sem que a mesma seja obrigatória. Esta não obrigatoriedade foi, em parte, explicada por J. Moisés (entrevista via Microsoft Teams, 12 de abril 2021), afirmando que as "[...] Informações na GNR pelo menos neste momento não são uma especialidade e, portanto, não estão também condicionadas pela necessidade de um conjunto de requisitos para poder ingressar[...]". Por último, realçar a resposta de E2 que salientou a necessidade de um Curso de Informações para Guardas e que a possível transferência das Informações para as SOTRP poderia ser uma boa altura de suprir essa lacuna.

**Tabela 5 – Resultados da questão n.º 5**

5. Considera o SIIOP uma ferramenta útil na produção de Informações? Qual a qualidade dos dados recolhidos e das informações produzidas pelo SIIOP?						
Segmento	Entrevistado					%
Resposta	E1	E2	E3	E4	E5	
B.4.1	x					20%
B.4.2		x	x	x		60%
B.4.3.						0%
B.4.4.						0%
B.4.5.						0%
B.4.6.			x			20%
B.4.7.						0%
B.4.8.	x	x		x	x	80%

Da análise à questão n.º 5, é perentório para a maioria dos entrevistados (20% +60%) consideram o SIIOP uma ferramenta útil na produção de Informações. O E5 não responde



diretamente sobre a utilidade, mas ao afirmar que o SIIOP caminha a passos largos para um sistema integrado de informações. Quanto à qualidade dos dados a maioria dá nota positiva, tendo 80% afirmado que estão muito melhores do que no passado e que a tendência é para ir cada vez melhorando mais.

**Tabela 6 – Resultados da questão n.º 6**

6. Qual o grau de dificuldade na utilização do SIIOP e que formação deve o efetivo ter? Descreva as razões para a sua resposta.						
Segmento Resposta	Entrevistado					%
	E1	E2	E3	E4	E5	
B.5.1			x	x	x	60%
B.5.2						0%
B.5.3						0%
B.5.4	x	x				40%
B.5.5				x	x	40%

Na análise dos resultados desta questão, verifica-se uma divisão entre entrevistados que prestam serviço nos OSCD e os que se encontram na atividade operacional, resultando assim numa divisão quase simétrica daqueles que acham que o SIIOP não apresenta muitas dificuldades de utilização, e os que o acham complexo e que é preciso formação. De salientar que o E1 e E2, justificam a pouca dificuldade com a prática da utilização e a afinidade das novas gerações de militares com a informática. Esta duas justificações, por si só, não conseguem aferir, convictamente, que a plataforma não seja complexa.

**Tabela 7 – Resultados da questão n.º 7**

7. Considera que o rede e o hardware informático da GNR é adequado à utilização do SIIOP? O que deve mudar neste campo.						
Segmento Resposta	Entrevistado					%
	E1	E2	E3	E4	E5	
B.6.1						0%
B.6.2	x	x	x	x	x	100%
B.6.3						0%
B.6.4		x	x	x		60%
B.6.5						0%

No que respeita à questão n.º 7, verifica-se que a rede e o hardware da GNR são aceitáveis (100%) para a utilização do SIIOP, o que foi um enorme avanço, visto que



somente em 2015 todas as unidades da GNR conseguiram estar ligadas em rede. Verificou-se, também, que tem vindo a ser feito um investimento para que a tecnologia continue a acompanhar a evolução do Sistema (60%).

**Tabela 8 – Resultados da questão n.º 8**

8. Considera que o separador de notícias do SIIOP veio melhorar o ciclo de produção de informações? Qual a qualidade dos dados recolhidos e das informações produzidas?						
Segmento	Entrevistado					%
Resposta	E1	E2	E3	E4	E5	
B.7.1	x	x		x	x	80%
B.7.2			x			20%
B.7.3	x	x		x		60%
B.7.4			x			20%

Relativamente à questão n.º 8, 80% dos entrevistados afirma que o separador de notícias do SIIOP melhorou muito o ciclo de produção de Informações, e que a qualidade dos dados recolhidos tem vindo a aumentar, sendo que o processo continua em aperfeiçoamento. Pela sua importância e pelo aumento da qualidade, conseguiu-se, em 2019, passar de 56 para 200 notícias diárias, o que espelha positivamente a implementação deste separador na ferramenta de Informações da GNR. Verifica-se que o recuso, à disposição de todos os militares, ainda pode ser melhorado, pelo que, conforme G. Carvalho (entrevista escrita em 12 de abril de 2021) refere, é importante que se continue a dar “formação de quem recolhe as notícias e dos seus comandantes/chefes e daqueles que produzem as Informações e a difundem pelo dispositivo”.

**Tabela 9 – Resultados da questão n.º 9**

9. Considera importante que a atividade operacional da GNR seja/ou possa vir a ser planeada e conduzida com base nas Informações policiais? Quais os motivos para a sua afirmação?						
Segmento	Entrevistado					%
Resposta	E1	E2	E3	E4	E5	
C.1.1	x	x	x	x		80%
C.1.2					x	20%
C.1.3						0%
C.1.4	x	x	x	x	x	100%
C.1.5	x					20%
C.1.6		x		x	x	60%

A totalidade dos entrevistados consideram que é importante, a atividade operacional ser planeada e conduzida pelas Informações. A maioria dos entrevistados (80%) respondeu ser muito importante e (20%) considera ser importante. Todos apresentaram, como motivo, a melhor gestão dos meios que têm a sua disposição, sendo que os outros motivos apresentados foram: com 60%, tirar máximo rendimento das operações; implementação do POI; antecipar problemas potenciar o planeamento de operações; e ações de prevenção. De salientar que E1, na sua resposta, afirmou que:

[...] ao nível do Comando Operacional por orientação naturalmente do nosso Comandante-Geral foi criado o Grupo Integrado de Planeamento de Operações que está a começar a desenvolver o seu trabalho que permite fazer esta interligação, este trabalho colaborativo desde logo entre as Informações e as operações procurando que com o trabalho de Informações depois possa haver todo o planeamento subsequente ao nível das operações [...]. (J. Moisés. *op. cit.*)

A criação deste grupo reforça a importância das Informações, e que estas, de uma forma sistemática e metódica, podem contribuir para o planeamento das operações.

**Tabela 10 – Resultados da questão n.º 10**

10. Em que vertentes acha importante que a atividade operacional da GNR seja/ou possa vir a ser planeada e conduzida com base nas Informações policiais?						
Segmento	Entrevistado					%
Resposta	E1	E2	E3	E4	E5	
A.1.1	x	x	x	x		80%
A.1.2	x	x	x	x		80%
A.1.3	x	x	x	x	x	100%
A.1.4	x	x	x	x	x	100%
A.1.5	x	x	x	x		80%
A.1.6	x		x	x	x	80%

Na resposta à questão n.º 10, e visto todos os entrevistados serem da opinião que as Informações são importantes para o planeamento e condução da atividade operacional, também aqui responderam que a importância é transversal a todas as áreas de atividade da GNR, que vão desde o policiamento geral, à prevenção de fenómenos criminais, ou grandes operações, ações de fiscalização, e proteção da força. No campo de outras atividades, salienta-se dois aspetos referidos na entrevista de E3, designadamente a importância das Informações para “definição de novas capacidades [...] balanceamento dos recursos





humanos internos” (P. Oliveira, entrevista escrita em 16 de abril de 2021). Também é importante o referido pelo E1, que enfatiza a hostilidade contra as forças de segurança e o papel que as Informações podem ter, para minimizar os riscos inerentes a essa hostilidade.

**Tabela 11 – Resultados da questão n.º 11**

11. Quais as vantagens e desvantagens da atividade operacional ser planeada com base nas Informações policiais? Discrimine as vantagens e desvantagens por vertente anteriormente apresentada.						
Segmento Resposta	Entrevistado					%
	E1	E2	E3	E4	E5	
C.3.1	x		x	x	x	80%
C.3.2	x	x	x	x		80%
C.3.3			x	x		40%
C.3.4		x				20%
C.3.5						0%
C.3.6	x		x	x		60%
C.3.7	x				x	40%

Da análise feita à questão n.º 11, verifica-se que nenhum dos entrevistados identificou desvantagens da atividade operacional ser planeada com base nas IP. A quase totalidade dos entrevistados (80%) apontou como grande vantagem a eficácia e eficiência, bem como a rentabilização dos recursos. Já 60% dos entrevistados aponta como vantagem a previsão de ameaças e riscos para melhorar a segurança. A proteção da força, também aparece com alguma expressividade e em outras vantagens salientam-se E1, que identificou o trabalho colaborativo Operações/Informações, e o E4, com a identificação de *modus operandi* e patrulhamento de espaço frequentados pelos perpetradores desses mesmos *modus operandi*.

Tabela 12 – Resultados da questão n.º 12

12. Como qualifica o desempenho da atividade operacional que é planeado com base nas Informações policiais? Discrimine as vantagens e desvantagens por vertente anteriormente apresentada.						
Segmento	Entrevistado					%
Resposta	E1	E2	E3	E4	E5	
C.4.1				x		20%
C.4.2		x	x		x	60%
C.4.3						0%
C.4.4						0%
C.4.5	x					20%

No que respeita à questão n.º 12, praticamente a totalidade dos entrevistados qualifica o desempenho da atividade operacional entre boa e excecional, pelo que é perentório que os benefícios das Informações, aplicadas de forma sistemática com método e de forma colaborativa, são benéficos para que atividade operacional possa ter um bom desempenho. Nesta questão, salienta-se a resposta de E1 destaca que o pouco tempo da criação do GIPO não permite quantificar o seu desempenho e a sua eficácia, sendo que os frutos desenvolvidos, por este grupo, poderão trazer uma avaliação mais sólida, para poder qualificar um desempenho da atividade operacional planeada com base nas Informações.

#### 4.2. Análise dos questionários

Relativamente ao inquérito por questionário, este foi elaborado na ferramenta da *google*, denominada *google forms* e foi distribuído através de correio eletrónico institucional a uma amostra de 36 oficiais da GNR, com respostas entre o dia 23 de março de 2021 e 12 abril de 2021. Esta amostra foi construída segundo o método de amostragem estratificada, para obter uma amostra representativa segundo variáveis pré- identificadas (Hill & Hill, 2000), sendo que os passos da sua construção encontram-se mais detalhados no Apêndice D.

O questionário é composto por um conjunto de questões que visam a caracterização simples da amostra, a opinião dos inquiridos relativamente ao tipo de Informações que a GNR pode produzir, qual o seu ponto de vista relativamente à forma como o ciclo de produção de Informações se desenvolve e a estrutura que está implementada para este desiderato. Por último, qual a importância que as Informações têm na atividade operacional. No Quadro 10 do Apêndice D, apresenta-se a relação entre as questões e seus objetivos.



Com a aplicação do questionário e após o final do período para efetuar o seu preenchimento, foram identificados 31 registos de um total de 36 questionários enviados, o que corresponde a 86,11% da população a quem foi enviado o inquérito. O tratamento dos dados foi efetuado através da estatística descritiva com a “criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos.” (Vilelas, 2009, p.399), e que “descreve, de forma sumária uma ou mais variáveis fornecidas pela amostra de dados.” (Hill & Hill, 2000, p.192).

Para se proceder à apresentação dos dados obtidos, seguem gráficos com os respetivos dados estatísticos:

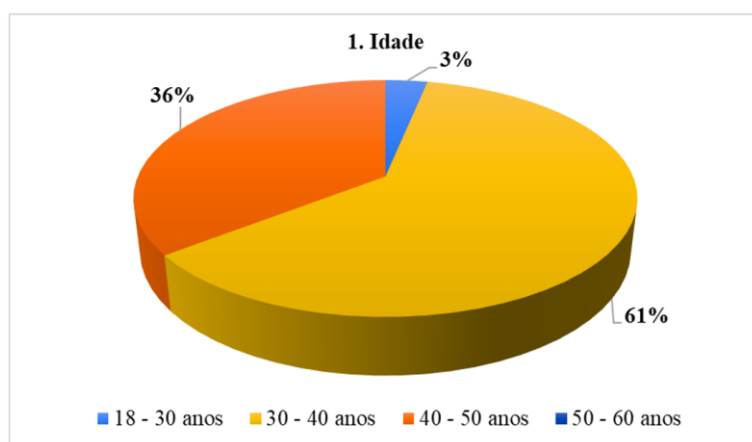


Gráfico 1 – Resultados da questão n.º 1

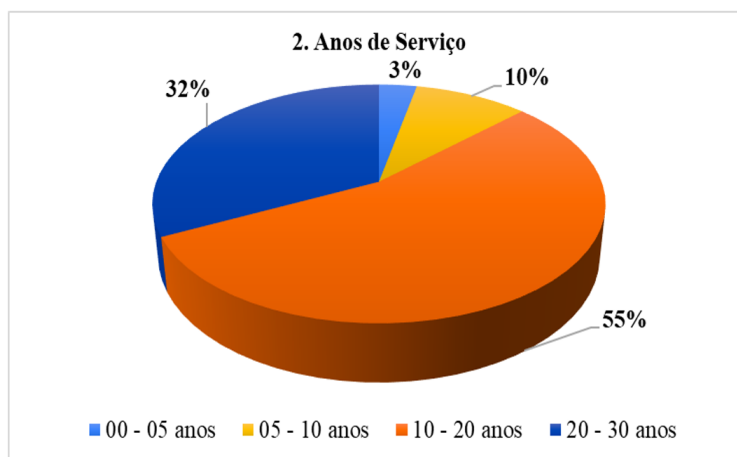
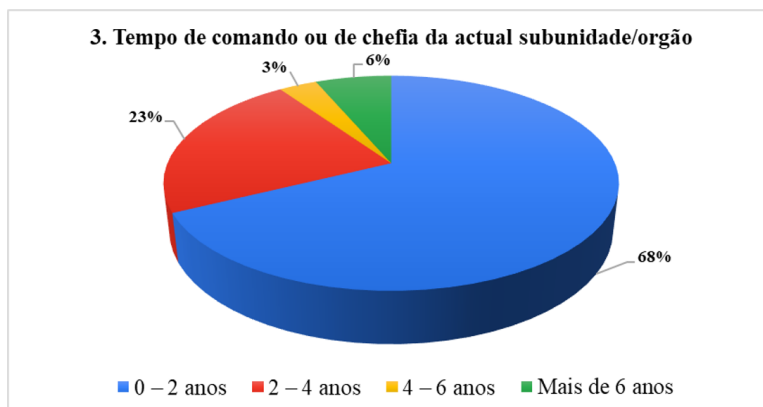


Gráfico 2 – Resultados da questão n.º 2



**Gráfico 3 – Resultados da questão n.º 3**

Verifica-se que a população que respondeu ao questionário apresenta, maioritariamente, uma idade compreendida entre os 30 e os 40 anos, seguido pela faixa etária dos 40 aos 50 anos e que, em termos de anos de serviço, situam-se na faixa dos 10 a 20, e dos 20 a 30 anos, respetivamente. Quanto ao tempo no cargo, a maioria está há menos de dois anos, seguindo-se os que estão entre os dois a quatro anos na função.

Seguidamente, apresentam-se os gráficos dos resultados relativos às questões n.º 4 e n.º 5. A primeira versa sobre a competência legal para a produção de IP e a segunda sobre questões organizativas relativamente aos órgãos de Estado-Maior das Unidades que devem tutelar as Informações. No final é apresentado um quadro que efetua uma relação dos motivos que levou os inquiridos a indicar determinado órgão para a tutela das Informações.



**Gráfico 4 – Resultados da questão n.º 4**

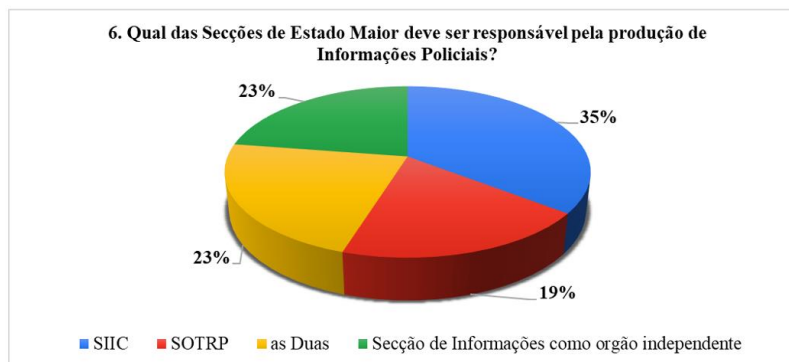


Gráfico 5 – Resultado das questões n.º 6

Quadro 2 – Relação entre a questão n.º 6 e 7

Resposta Questão n.º 6	Resposta Questão n.º 7	Percentagem
SIIC	Melhor funcionamento do Ciclo de Produção de Informações	45,45%
	Produção de uma maior variedade de Informações	0,00%
	melhor aproveitamento da Informações produzidas	45,45%
	Informações não devem ser separadas da Investigação Criminal	9,09%
SOTRP	Melhor funcionamento do Ciclo de Produção de Informações	33,33%
	Produção de uma maior variedade de Informações	33,33%
	melhor aproveitamento da Informações produzidas	33,33%
	Outras	0,00%
As Duas	Melhor funcionamento do Ciclo de Produção de Informações	42,86%
	Produção de uma maior variedade de Informações	28,57%
	melhor aproveitamento da Informações produzidas	28,57%
	outras	0,00%
Secção de Informações Independente	Melhor funcionamento do Ciclo de Produção de Informações	85,71%
	Produção de uma maior variedade de Informações	0,00%
	melhor aproveitamento da Informações produzidas	0,00%
	especialização	14,29%

Neste conjunto de resultados, verifica-se que todos os inquiridos consideram que a GNR tem competência legal para produzir Informações. Já relativamente aos Órgãos de Estado-Maior das Unidades que devem tutelar as IP, as opiniões estão muito divididas, sendo a SIIC com 35% que reúne mais respostas. Contudo, deverá ser considerado que a maioria das respostas deambula entre SIIC, SOTRP e as duas, sendo que a hipótese da criação de uma Secção de Informações como órgão independente é a que reúne menos consenso. Assim, mediante estes resultados deverá ser ponderado qual das três modalidades pode ser a melhor (SIIC, SOTRP ou as duas). Quanto às razões, destaca-se sempre a melhoria do ciclo de produção de Informações, sendo que os defensores da SOTRP defendem a maior variedade e o melhor aproveitamento.

Os próximos gráficos efetuam a análise às questões n.º 8 e n.º 9, que visam, essencialmente, aferir a importância do SIIOP e do separador de notícias, no ciclo de produção de Informações.

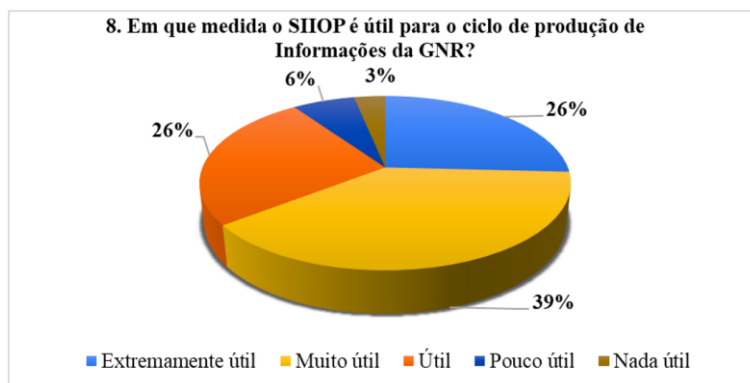


Gráfico 6 – Resultados da questão n.º 8

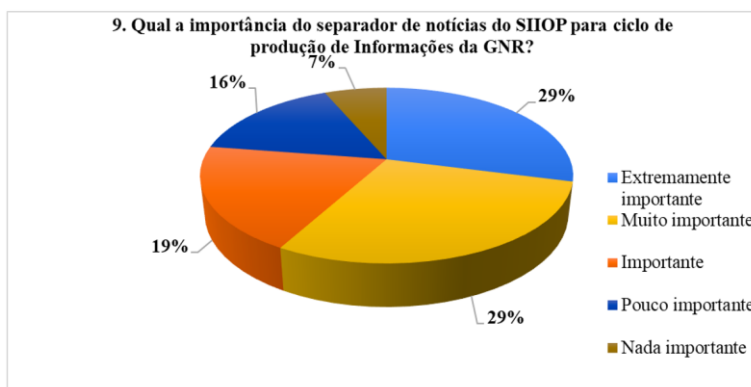


Gráfico 7 – Resultados da questão n.º 9

Pelos resultados apresentados, verifica-se que o SIOP é uma ferramenta útil e que o seu separador de notícias é importante. A ferramenta apresenta utilidade, visto que as respostas andam entre o útil, com 39%, e o extremamente útil, com 26%. Também o separador de notícias é importante, visto que 77% (19%+29%+29%) dos inquiridos o classificaram importante, muito importante, ou extremamente importante, respetivamente.

Seguidamente, temos os resultados da questão n.º 10 que versa sobre a importância de a atividade operacional ser planeada com base nas IP.

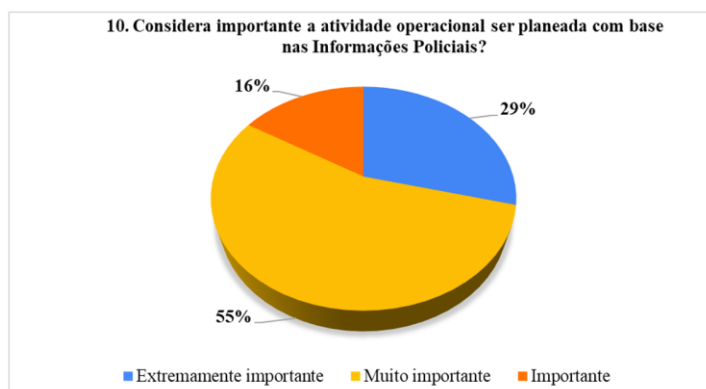


Gráfico 8 – Resultados da questão n.º 10



Quadro 3 – Relação entre a questão n.º 10 e 11

Resposta questão n.º 10	Resposta questão n.º 11	Percentagem
Extremamente importante	mais assertividade no planeamento	44,44%
	melhor gestão dos meios	44,44%
	seletividade nas ações a desenvolver	33,33%
	potenciar o flagrante delito e a prevenção criminal	11,11%
Muito Importante	mais assertividade no planeamento	52,94%
	melhor gestão dos meios	23,53%
	seletividade nas ações a desenvolver	29,41%
	outras	0,00%
Importante	mais assertividade no planeamento	20,00%
	melhor gestão dos meios	20,00%
	seletividade nas ações a desenvolver	60,00%
	outras	0,00%

Mediante as respostas à questão n.º 10, é inequívoco que todos os inquiridos consideram importante que a atividade operacional seja planeada com base nas IP, sendo que a maioria, considera ser muito importante (55%), ou extremamente importante (29%). Os motivos que os levam a achar muito importante, versam, essencialmente, sobre a maior assertividade no planeamento, melhor gestão dos meios e a seletividade nas ações a desenvolver. Salienta-se uma resposta que elencou como motivo, o potenciar o flagrante delito e a prevenção criminal.

Seguidamente, serão apresentados gráficos referente às questões n.º 12 e 13, que versam sobre as atividades que são orientadas pelas Informações e as que podem ser potenciadas.

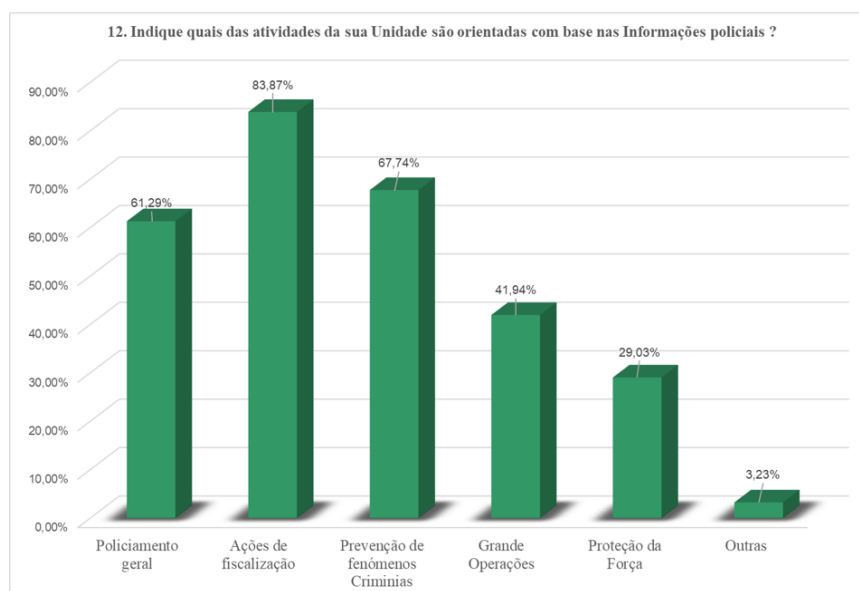


Gráfico 9 – Resultados da questão n.º 12

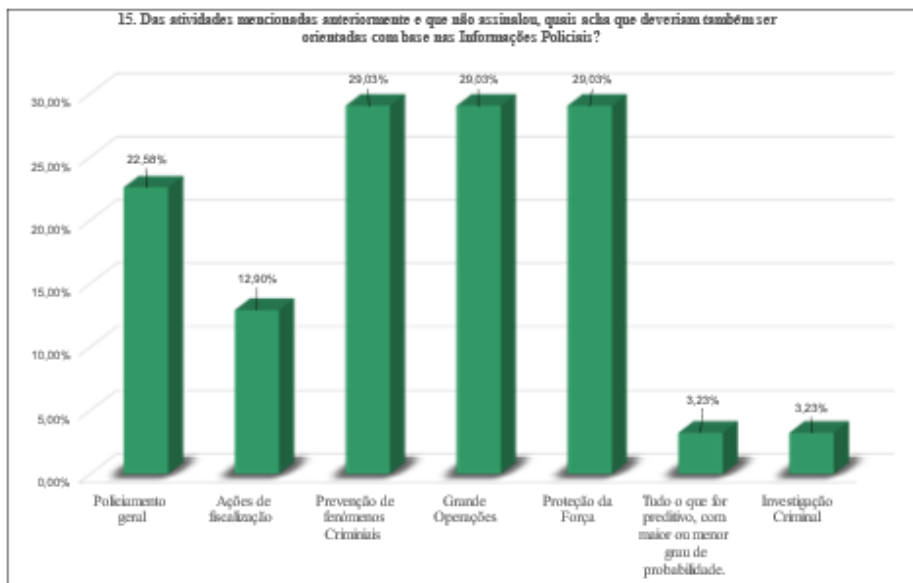


Gráfico 10 – Resultados da questão n.º 15

Pelo demonstrado através dos gráficos, verifica-se que 83,87% dos inquiridos afirma que, na sua Unidade, as ações de fiscalização são orientadas com base nas IP, seguidas da prevenção de fenómenos criminais, com 67,74%, e o policiamento geral, com 61,29%. Das ações que tiveram menos percentagem, verifica-se que as grandes operações e a proteção da força, foram identificadas como atividades às quais deve ser incrementado esforço, para que sejam orientadas com base nas IP.

Passemos aos resultados da questão n.º 16 e 18, que versam sobre a qualificação, em termos de eficácia e coordenação da atividade operacional, que seja planeada e orientada pelas Informações.

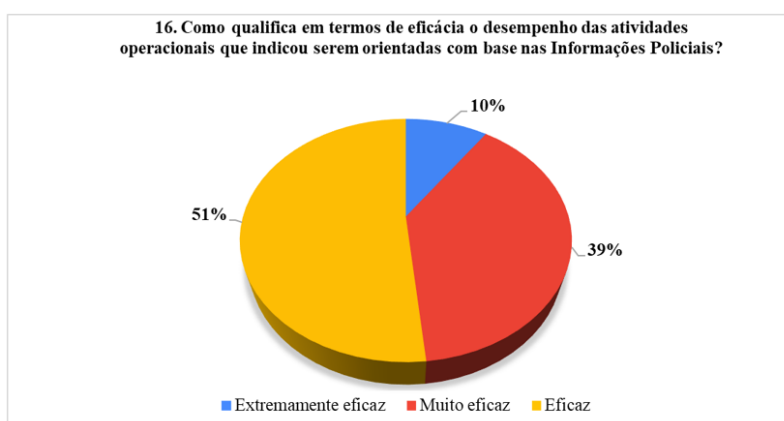


Gráfico 11 – Resultados da questão n.º 16





**Gráfico 12 – Resultados da questão n.º 18**

Da análise dos gráficos 11 e 12, verifica-se que 51% dos inquiridos qualificaram a atividade operacional orientada pelas IP como eficaz, e 39% como muito eficaz, sendo que nenhum apontou que fosse pouco, ou nada eficaz. No que toca à coordenação, verificou-se que 48%, qualificou que a atividade operacional, orientada pelas Informações, cria boa coordenação, e 36% afirma que cria muito boa coordenação, sendo que 13% afirma que cria má coordenação. Nesta senda, e generalizando, conclui-se que a maioria dos inquiridos qualifica positivamente, ou muito positivamente, a atividade operacional orientada pelas Informações.

Através das questões n.º 17 e 19, tentamos ver as razões que levam os inquiridos à sua opção, pelo que o quadro 4 (Apêndice E) contém as respostas com as razões que foram invocadas.

Do quadro, salienta-se que os resultados de qualidade e o esforço equilibrado, que se atingem com a atividade operacional orientada pelas Informações, a tornam muito mais eficaz. Os inquiridos afirmaram existir muito boa e boa coordenação, e também que a coordenação da atividade operacional orientada pelas Informações se reflete na coordenação de todos os serviços e promove uma cultura de sucesso, potenciando a preparação prévia das matérias a fiscalizar. Verificou-se uma resposta que sustenta a aproximação da SIIC à SOTRP, permitindo análises mais assertivas e formação do efetivo, e que o trabalho efetuado, pelas Informações, deve ser disponibilizado até aos mais baixos escalões. Já os que afirmaram que existe má coordenação, afirmam que é difícil a separação da investigação criminal, o que dificulta a difusão da Informação, e que o ciclo de produção de Informações ainda só pensa em alimentar a necessidade de estatística do escalão superior.



#### **4.3. Síntese Conclusiva**

Da análise dos resultados obtidos, verifica-se existir enquadramento legal para a GNR produzir IP. Para tal, existe uma estrutura, com recursos humanos, com formação significativa, mas que, mesmo não sendo obrigatória, deverá ser incrementada. Não existe consenso sobre qual órgão, da componente operacional, deve ser responsável pelas Informações, sendo o principal argumento a melhoria do ciclo de produção.

O SIIOP, é visto como complexo, com falta de alguma formação e só é intuitivo após muitas utilizações. No entanto, é considerado uma ferramenta muito importante para a atividade de Informações, e o seu separador de notícias revelou-se ser preponderante para a melhoria que se tem registado na qualidade da produção e partilha de Informações. No que respeita à rede e *hardware* de suporte que este tem, é aceitável e tem melhorado nos últimos anos.

Considerou-se importante que a atividade operacional da GNR seja orientada pelas Informações, pelo que deve ser aplicada nas diversas atividades desenvolvidas pela GNR. É potenciadora de mais eficácia, eficiência e coordenação, às atividades da instituição, pelo que a GNR, neste sentido, constituiu, durante o ano de 2021, o GIPO, com o objetivo de potenciar o trabalho colaborativo entre Operações e Informações.



## 5. Conclusões

Através do presente trabalho pretendeu-se analisar a importância que a produção e partilha de Informações representa para a atividade operacional da GNR.

Considerando-se IP, como todo o trabalho que possa ser prospetivo, antes, ou após, os acontecimentos, e que visa gerar conhecimento sobre atividades que configurem ameaças reais, ou eminentes, a determinada área de atuação de uma polícia e, tendo em conta que o POI considera que as Informações são essenciais para a definição de objetivos e tomadas de decisão, que permite a elaboração de estratégias e ações que impeçam e previnam atos de criminalidade e insegurança, leva a que as instituições policiais encarem as Informações como uma atividade vital e de extrema importância.

Por esta razão, a GNR integra na sua orgânica uma estrutura de Informações que tem vindo a desempenhar as missões inerentes a esta atividade. A atual estrutura tem como data de partida a reestruturação que a instituição sofreu no ano de 2008, com algumas alterações preconizadas pelo Despacho n.º 18/14, de 11 de março, do Comandante-Geral da GNR. Para facilitar a missão desta estrutura e para que se possa acompanhar a evolução da tecnologia, a GNR conta com o SIIOP, como ferramenta de produção e partilha de Informações.

A importância que a atividade representa para a missão da GNR, os mecanismos de produção, e os órgãos e recursos que trabalham em exclusivo nesta área, justificou o estudo da temática apresentada no presente trabalho. Para este desiderato, foi seguida uma metodologia com raciocínio dedutivo, optando por uma estratégia com uma abordagem do tipo mista e um desenho de pesquisa de estudo de caso.

Para efetuar a recolha de dados, necessários para a elaboração do trabalho, recorreu-se à análise documental de legislação, normas internas, manuais e literatura de referência, bem como pela realização de entrevistas semiestruturadas, efetuadas a oficiais da GNR que ocupam cargos relacionados com as Informações e Comandantes de Unidade Territorial. Também foi aplicado um inquérito, por questionário, direcionado a oficiais da GNR que se encontram colocados nas Unidades Territoriais da GNR, e que ocupam lugares de chefia de órgãos de apoio à atividade operacional, relacionados com Informações e operações, e a oficiais que comandam subunidades operacionais da GNR.

O estudo é sustentado no OG “Analisar os processos de partilha de IP na GNR e a sua importância para o desempenho operacional.”, sendo que este objetivo deu origem à QC “De que forma a partilha de Informações contribui para o desempenho operacional da GNR?”. Para se poder responder, de forma sólida e sustentada, à QC, exerceu-se o esforço transversal



a todo o estudo para responder às QD que foram construídas, em função do OG e QC.

Mediante o estudo efetuado, e em resposta à QD1, “Que tipo de Informações são produzidas na GNR?”, importa primeiro referir que a legislação reguladora das Informações em Portugal, fruto da génese das circunstâncias em que foi redigida a nossa CRP, restringe muito esta função às polícias, atribuindo a preponderância ao SIRP. No entanto, e por força da atividade que é desenvolvida pelas polícias, existe um conjunto de normas estruturantes e reguladoras, como a LSI a LOIC, Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 novembro e diversos despachos e normas internas, que legitimam a GNR a produzir Informações. Estas Informações são essencialmente IP, caracterizadas por uma atividade antes, ou após, o acontecimento de fenómenos criminais, e que têm como objetivo obter conhecimentos que possam prever e dar soluções de atuação, a atividades que, pelas suas características, configurem ameaças concretas, ou emergentes à segurança, de determinada área, comunidade ou população. Deverá ser tido em conta que estas Informações não se devem misturar com as Informações em sede de inquérito criminal, visto que neste patamar já se está a falar de investigação criminal, atividade que beneficia das prerrogativas de obtenção de informação, inerentes ao Código Penal. Verificou-se que as Informações podem ser produzidas para satisfazer as necessidades estratégicas, operacionais e tácitas da instituição. Nesta senda, consideramos que o OE1 se encontra alcançado.

Em resposta à QD2 “Como se processa o ciclo de produção de Informações na GNR?”, constata-se que a GNR tem uma estrutura de Informações com recursos humanos que possuem alguma formação, mas que pode ser melhorada. Esta estrutura tem por base a reestruturação da GNR de 2008. Nessa reestruturação, a GNR contava com a DI, que era repartida por duas divisões, por onde se distribuem as áreas de Informações propriamente ditas, com a DivI e a Contrainformação e Segurança com a DCIS. Já nas Unidades operacionais, esta responsabilidade estaria a cargo da atual SOTRP, que tinha um “I” pertencente às Informações. Com o Despacho n.º 18/14, de 11 de março, as Informações, a nível das Unidades Territoriais, passaram para a responsabilidade das SIC, ganhando o “I” das Informações, passando a ser SIIC. Esta passagem subcarregou a Investigação Criminal com as solicitações que são feitas por conta da DI. O Despacho n.º 18/14 encontra-se em revisão e pondera-se a desagregação das Informações com a passagem destas para a esfera das operações. O posicionamento das Informações nas Unidades operacionais, pelo constatado no presente trabalho, não é consensual, sendo que as opiniões divergem muito, entre SIIC, SOTRP ou nas duas. A principal razão prende-se com as sinergias que as opções



criam para a melhoria do ciclo de produção de Informações. Quanto à forma em que se processa o ciclo de Informações na GNR, este tem as quatro fases, doutrinariamente definidas, colocando a ênfase dos órgãos de pesquisa, em todo o efetivo da GNR, sendo os principais produtos de Informações os estudos de Informações e os Anexos, ou Relatórios de Informações, que são disponibilizados ao dispositivo. Como coluna dorsal do ciclo de produção de Informações da GNR, temos o SIIOP, que se constitui como uma ferramenta muito útil a este desígnio. A sua constante utilização, e a familiaridade com a informática, tornam mais fácil a sua utilização. No entanto, é uma ferramenta complexa, que pode significar dar mais formação. O separador de notícias é de muita utilidade para a produção de Informações e desde a sua implementação, as Informações têm melhorado significativamente. Pelo exposto, considera-se atingido o OE2.

Relativamente à resposta à QD3 “Que importância as Informações produzidas pela GNR têm no seu desempenho operacional?”, verificou-se, pela investigação desenvolvida, que as Informações são muito importantes para o planeamento da atividade operacional, uma vez que potenciam maior assertividade no planeamento, melhoram a gestão dos recursos meios que são atribuídos para cumprir a missão e permitem efetuar uma seletividade das ações a desenvolver, pela componente operacional da instituição. Verifica-se que várias atividades desenvolvidas nas Unidades Territoriais já são orientadas pelas Informações, sendo que as ações de fiscalização, a prevenção de fenómenos criminais e o policiamento geral, são as atividades mais potenciadas pelas Informações, sendo que foram identificadas como atividades a potenciar, as grandes operações e a proteção e segurança da força. Quanto ao desempenho da atividade operacional, que é orientada pelas Informações, no que respeita à eficácia e coordenação, estas foram classificadas como muito eficazes, uma vez que traduzem resultados com qualidade, com esforço equilibrado e muito bem coordenadas, promovendo a rentabilização na gestão dos recursos disponíveis para a missão, bem como uma cultura de sucesso nos resultados. Esta importância é reconhecida pelo comando da GNR, motivo pelo qual, no início de 2021, se constituiu o GIPO, que veio criar uma maior interligação das Informações com as operações, para que, num trabalho colaborativo, se possa contribuir para um melhor planeamento das operações da GNR. Mediante o apurado, considera-se alcançado o OE 3.

Findadas que estão as respostas às QD e, consequentemente, por terem sido alcançados os OE correspondentes, foi alcançada a robustez necessária para que se possa responder à QC “De que forma a partilha de Informações contribui para o desempenho operacional da



GNR?”, atingido, em consequência, o OG da Investigação. Assim, podemos dizer que a partilha de Informações na GNR é essencial para o seu desempenho operacional, porquanto esta atividade se tem demonstrado importante para orientar a atividade operacional da instituição, de forma a alcançar resultados eficazes e eficientes, bem como maior coordenação na condução destas mesmas atividades. A partilha de Informações, contribui em todas as vertentes operacionais da GNR, incluindo a proteção e segurança dos seus elementos. Mediante este facto, a GNR tem a seu dispor uma estrutura de Informações, alicerçada na ferramenta informática SIIOP, que tem vindo a ser melhorada e modernizada, tornando-a mais eficaz. Esta estrutura, tem vindo a sofrer, ao longo do tempo, alterações que visam melhorar o ciclo de produção de Informações e tornar eficaz a partilha de Informações. Destas alterações, são o exemplo da redefinição do Despacho n.º 18/14, de 11 de março, bem como a criação do GIPO, que estando em curso, procura potenciar a contribuição que as Informações dão para um melhor desempenho operacional.

A presente investigação contribuiu para se poder ter uma visão holística sobre o quanto é importante a atividade de produção e partilha de Informações na GNR, e que relvó esta instituição dá a sua utilização na atividade operacional. Com limitações destaca-se o limite de tempo e espaço no trabalho que não possibilitou o estudo de outras instituições Policiais Portuguesas por forma a poder ter uma visão mais abrangente da problemática em estudo.

Mediante os resultados que foram atingidos, sugerem-se duas investigações futuras: efetuar a análise dos resultados obtidos dos planeamentos efetuados pelo GIPO, como forma de aferir, de forma mais concreta, a colaboração das Informações com as Operações, e efetuar uma análise dos resultados, que possam sair de uma possível mudança das Informações, a nível das Unidades Territoriais.



## Referências bibliográficas

- Alves, A. C. (2008). *Em Busca de uma Sociologia de Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. C. (2012). *Adivinhar Perigos*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*. (4.<sup>a</sup> Ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Cardoso, P. (1980). *As Informações em Portugal*. Lisboa: Revista Nação e Defesa.
- Cerqueira Batitucci, E. (2011). A polícia em transição: O modelo profissional-burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras. *Dilemas: Revista de estudos de Conflitos e Controlo Social*, 4(1), pp. 65-96. Retirado de <http://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/editais/Edital%202014/TEXTO%202.pdf>
- Clemente, P. (2005). A policia de Informação em Portugal. Em: G.M.Silva & M.M.Valente (Ed), *Volume Comemorativo dos 20 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna* (pp. 361-382). Coimbra: Almedina.
- Clemente, P. (2007). As informações Policiais-palimpsesto. Em: G.M.Silva & M.M.Valente (Ed), *Estudos de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro* (pp.301-406). Coimbra: Almedina.
- Costa, C. (2013). *Os Sistemas de partilha de Informação e a Lei de Organização de Investigação Criminal*. (Trabalho de Investigação Individual - Curso de Estado Maior Conjunto). Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 7/2021, de 18 de Janeiro (2021). *Altera a estrutura interna e o regime remuneratório aplicável aos militares da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República, 1.<sup>a</sup> série, 47-A , 2-29. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 novembro (2008). *Serviços e Órgãos Superiores de Comando e Direção da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série, 231, 8540-8546. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Decreto Regulamentar n.º 2/95, de 25 janeiro (1995). *Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polcia (SIIOP/GNR)*. Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série - B; 21, 456-458. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Despacho n.º 72/08-OG, de 22 de dezembro (2008). *Comando Territoriais*. Lisboa: Comando Geral da Guarda Nacional Republicana.
- Despacho n.º 32021/2008, de 5 dezembro (2008). *Define as unidades orgânicas flexíveis do Comando da GNR*. Diário da República, 2.<sup>a</sup> série, 242, 50241-50248, Lisboa: Comando





Geral da Guarda Nacional Republicana.

Despacho n.º 18/14 – OG, de 11 março (2014). *Estrutura da Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana*. Lisboa: Comando Geral da Guarda Nacional Republicana.

Despacho n.º 1292/2020, de 29 janeiro (2020). *Primeira alteração ao Despacho n.º 11132/2018, de 11 novembro - unidades orgânicas flexíveis*. Diário da República, 2.<sup>a</sup> série, 20, 84-105, Lisboa: Comando Geral da Guarda Nacional Republicana.

Despacho n.º 42/21-OG, de 25 janeiro (2021). *Implementação do Grupo de Planeamento de Operações GNR*. Lisboa: Comando Geral da Guarda Nacional Republicana.

Elias, L. (2007). Policiamento de proximidade. Principios fundamentos de estratégias de prevenção criminal. Em: G.M.Silva & M.M.Valente (Ed) *Estudo de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro*. Coimbra (pp. 465-536). Coimbra: Edições Almedina.

Elias, L. (2009). A (nova) Governança da Segurança numa Contemporaneidade Complexa. Em: *Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida* (pp. 751-770). Coimbra: Edições Almedina.

Fernandes, L. F. (2005). Sun Tzu. A arte (e a ciência) da Polícia. Em: G.M.Silva & M.M.Valente (Ed). *Volume Comemorativo dos 20 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna* (pp.329-356). Coimbra: Almedina.

Ferreira, N. G. (2011). *Predictive Policing Uma técnica complementar ao serviço do PIPP Estudo Exploratório*. (Dissertação de Mestrado integrado em Ciências Policiais) Instituto Superior De Ciências Policiais e Segurança Interna[ISCPS], Lisboa.

Fontes, J. (2010). A Constituição e os Serviços de Informações. *Segurança e Defesa*, s.n. (15), pp. 1-7. Retidado de [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1788/1/Informa%C3%A7%C3%B5es\\_CRP.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1788/1/Informa%C3%A7%C3%B5es_CRP.pdf).

Guarda Nacional Republicana (2016). *Manual de Informações*. Queluz: Escola Da Guarda.

Guarda Nacional Republicana (2018). *Instruções Gerais do Separador Notícias do SIIOP-P 2.0 (Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia)*. Lisboa: Autor.

Gonzales, A. R., Schofield, R. B., & Herraiz, D. S. (2005). Intelligence-Led Policing : The New Intelligence Architecture. *New Realities - Law Enforcement in the post - U.S. Departement os Justice*, 210681, pp. 1-49. Retirado de <http://www.theiacp.org/Portals/0/pdfs/Publications/Post911Documents.pdf>

Gouveia, J. B. (2013). Os Serviços de Informações de Portugal: organização e fiscalização.





- Revista de Direito e Segurança* s.n.(1), pp. 63-85. Retirado de [www.jorgebacelargouveia.com](http://www.jorgebacelargouveia.com)
- Gouveia, J. B. (2018). *Direito e Segurança - Cidadania, Soberania e cosmopolitismo*. Coimbra: Almedina.
- Guedelha, M. J. M. (2014). *A cooperação Internacional e a Partilha de Informação Criminal*. (Trabalho de Investigação Individual - Curso de Estado-Maior Conjunto) Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], Lisboa.
- Guedes, J. M. (2010). O Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais - SIIOP. *Pela Lei e Pela Grei*, 88, 30-48.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2000). *Investigação por Questurionário*. (2.<sup>a</sup> Ed). Lisboa: Edições Silabo.
- Kelling, G. L., & Moore, M. H. (1988). The Evolving Strategy of Policing. *National Institute of Justice*, s.n. (4), pp.1 - 16. Retirado de <https://www.ojp.gov/pdffiles1/nij/114213.pdf>.
- Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (2008). *Lei de Organização da Investigação Criminal*. Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série, 165, 6038-6042 Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (2008). *Lei de Segurança Interna*. Diário da República, 1.<sup>o</sup> Série, 167, 6135-6141. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto (2014). *Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa*. Diário da República, 1.<sup>o</sup> Série, 155, 4194-4206 .Lisboa: Assembleia da República.
- Lourenço, N., Lopes, A., Rodrigues, J., Costa, A., & Silvério, P. (2015). *Segurança Horizonte 2025 .Um conceito Estratégico de Segurança Interna*. Lisboa: Edições Colibri.
- Moleirinho, P. M. S. E. (2009). *Da Polícia de Proximidade ao Policiamento Orientado pelas Informações*. (Tese de dissertação de mestrado em Direito e Segurança). Universidade Nova de Lisboa[UNL], Lisboa.
- Moreira, A. (2004). *Informações e Segurança*. Lisboa: Prefácio.
- OSCE. (2021). *What is Community Policing?* [video online]. Retirado de <https://youtu.be/UCMgXMc-So8>
- Publicação Doutrinária do Exército 2-00 (2009). *Informações, Contrainformação e Segurança*. Lisboa: Exército Português.
- Publicação Doutrinária da GNR 1-03-01. (2020). *Manual do SIIOP-P DA GNR*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.



- Peak, K. J. (2013). *Encyclopedia of Community Policing and Problem Solving*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Poncioni, P. (2005). O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília*; 20(3), pp. 585-610 doi: 10.1590/S0102-69922005000300005.
- Ratcliffe, J. H. (2008). *Intelligence-Led Policing*. Willian Publishing, Portland.
- Santos, L. A. B. dos, & Lima, J. M. M. do V. (Coord. . (2019). *Orientações Metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. (2.<sup>a</sup> ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- SIRP (2021, 19 novembro). Serviço de Informações da República Portuguesa. [Pagina online]. Retirado de <https://www.sirp.pt/>
- Tomassini, A. F. (2013). *Polciamento Comunitário: O programa de Tolerância Zero na Cidade de Nova York*. (Monografia para conclusão do Curso Bacharelato em Direito) Centro Universitário de Brasília [CUB], Brasília.
- Vaz, A. (2015). Informações Policiais. *Revista de Direito e Segurança*, s.n. (5). pp. 39-55. Retirado de <https://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/06/REVISTA-RDeS-n%C2%BA-5.pdf>.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação O Processo de Construção do Conhecimento*. (3.<sup>a</sup>ed). Lisboa: Edições Silabo.



## Apêndice A – Modelo de Análise

Quadro 4 – Modelo de Análise

TEMA	Importância da partilha de informação para o desempenho Operacional					
OBJETO DE ESTUDO	Processo de partilha de Informações da GNR no desempenho operacional da Instituição.					
OBJETIVO GERAL (OG)	Analisar os processos de partilha de Informações Policiais na GNR e a sua importância para o desempenho operacional.					
QUESTÃO CENTRAL (QC)	De que forma a partilha de Informações contribui para o desempenho operacional da GNR?					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS (OE)	QUESTÕES DERIVADAS (QD)	CONCEITOS	DIMENSÕES	INDICADORES	RECOLHA DE DADOS	CAPÍTULO
OE1. Caracterizar o tipo de Informações produzidas na GNR	QD1. Que tipo de Informações são produzidas na GNR?	Informações Informações Policiais	Legal	Previsões legais; Tipo e Finalidade das Informações	Análise documental; Entrevista semiestruturada; Inquérito por Questionário	3,4
OE2. Analisar o Ciclo de produção de Informações da GNR	QD2. Como se processa o ciclo de produção de Informações na GNR?	Ciclo de produção de Informações	Estrutura	Órgãos Existentes;	Análise documental; Entrevista semiestruturada; Inquérito por Questionário	3, 4
			Formação	Atribuições; Formação necessária		
			Doutrina	Processo/Fases do ciclo		
			Ferramentas de apoio	Avaliação do SIIOP		
OE3. Analisar a importância das Informações produzidas pela GNR para o desempenho operacional	QD3. Que importância as Informações produzidas pela GNR têm no seu desempenho operacional?	Policiamento Orientado Pelas Informações	Policial	Importância: Vantagem no planeamento e qualidade do desempenho de: <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Policiamento geral;</li><li>▪ Ações de Fiscalização;</li><li>▪ Prevenção de fenómenos criminais;</li><li>▪ Grandes operações;</li><li>▪ Proteção e segurança da força</li></ul>	Entrevista semiestruturada; Inquérito por Questionário	4



## Apêndice B – Guião das entrevistas

Quadro 5 – Guião das entrevistas

QUESTÃO DERIVADA	DIMENSÃO	INDICADORES	QUESTÃO
QD1-Que tipo de Informações são produzidas na GNR?	Legal	Previsões legais; Tipo e Finalidade das Informações	1. Que tipo de Informações a GNR legalmente pode produzir e para que finalidade as pode utilizar?
QD2-Como se processa o ciclo de produção de Informações na GNR?	Estrutura	Tipo de Órgãos;  Atribuições	2.Considerando o ciclo de produção de Informações da GNR quais são os órgãos/unidades/subunidades/elementos tem a sua disposição para esta função e que atribuições têm?
			3.Considerando a atual estrutura orgânica da Guarda, onde devem ser incluídas as Informações Policiais? Na DIC ou DI, nas SIIC ou nas SOTRP, ou em todos? Descreva as razões para a sua resposta.
	Formação	Tipo de Formação	4. Considerando o ciclo de produção de Informações da GNR, que formação é exigida aos Recursos Humanos e, qual acha que devia ser exigida?
	Ferramentas de Apoio	Avaliação do SIIOP	5.Considera o SIIOP uma Ferramenta Útil na Produção de Informações? Qual a qualidade dos dados recolhidos e das Informações produzidas pelo SIIOP?
			6.Qual o grau de dificuldade na utilização do SIIOP e que formação deve o efetivo ter? Descreva as razões para a sua resposta.
			7. Considera que o rede e o hardware informático da GNR é adequado à utilização do SIIOP? O que deve mudar neste campo.
			8. Considera que o separador de notícias do SIIOP veio melhorar o ciclo de produção de informações? Qual a qualidade dos dados recolhidos e das Informações produzidas?
QD3-Que Importância as Informações Produzidas pela GNR têm no seu	Policial	Importância	9. Considera importante que a atividade operacional da GNR seja/ou possa vir a ser planeada e conduzida com base nas Informações policiais? Quais os motivos para a sua afirmação?
		Vantagens de Planeamento e qualidade no desempenho de:	10.Em que vertentes acha importante que a atividade operacional da GNR seja/ou possa vir a ser planeada e conduzida com base nas Informações policiais?



QUESTÃO DERIVADA	DIMENSÃO	INDICADORES	QUESTÃO
desempenho operacional?		<ul style="list-style-type: none"><li>• Policiamento geral;</li><li>• Ações de Fiscalização;</li><li>• Prevenção de fenómenos criminais;</li><li>• Grandes operações;</li><li>• Proteção da Força;</li></ul>	<b>11.</b> Quais as vantagens e desvantagens da atividade operacional ser planeada com base nas Informações Policiais? Discrimine as vantagens e desvantagens por vertente anteriormente apresentada.
			<b>12.</b> Como qualifica o desempenho da atividade operacional que é planeado com base nas Informações Policiais? Discrimine as vantagens e desvantagens por vertente anteriormente apresentada.

**Apêndice C – Codificação e análise das respostas dos entrevistados****Quadro 6 – Codificação das respostas**

<b>Questão derivada</b>	<b>Pergunta(s)</b>	<b>Segmento de resposta</b>
<b>QD1</b>	1. Que tipo de Informações a GNR legalmente pode produzir e para que finalidade as pode utilizar?	<b>A.1.1.</b> Tem enquadramento legal para produzir Informações
		<b>A.1.2.</b> Não tem enquadramento para produzir Informações
		<b>A.1.3.</b> Informações Segurança
		<b>A.1.4.</b> Informações Criminais
		<b>A.1.5.</b> Informações Policiais
		<b>A.1.6.</b> Nível estratégico, operacional, tático da instituição
		<b>A.1.7.</b> Contrainformação e segurança militar
<b>QD2</b>	2. Considerando o ciclo de produção de Informações da GNR quais são os órgãos/ unidades/ subunidades/ elementos tem a sua disposição para esta função e que atribuições têm?	<b>B.1.1.</b> Órgãos de Apoio a atividade operacional na dependência direta
		<b>B.1.2.</b> Órgãos operacionais na dependência direta
		<b>B.1.3.</b> Órgãos de apoio a atividade operacional na dependência indireta
		<b>B.1.4.</b> Órgãos operacionais na dependência indireta
		<b>B.1.5.</b> Órgãos de Apoio a atividade operacional na recolha de notícias e informação
		<b>B.1.6.</b> Órgãos operacionais na recolha de notícias e informação
		<b>B.1.7.</b> Órgãos de Apoio a atividade operacional na produção e difusão de Informações
		<b>B.1.8.</b> Órgãos operacionais na produção e difusão de Informações
<b>QD2</b>	3. Considerando a atual estrutura orgânica da Guarda, onde devem ser incluídas as Informações Policiais? Na DIC ou DI, nas SIIC ou nas SOTRP, ou em todos? Descreva as razões para a sua resposta.	<b>B.2.1.</b> Na DI
		<b>B.2.2.</b> Na DIC
		<b>B.2.3.</b> Na SOTRP
		<b>B.2.4.</b> Na SIIC
		<b>B.2.5.</b> Em todos
		<b>B.2.6.</b> Melhoria do ciclo de produção de Informações
		<b>B.2.7.</b> Melhoria da atividade operacional
<b>QD2</b>	4. Considerando o ciclo de produção de Informações da GNR, que formação é exigida aos recursos humanos e, qual acha que devia ser exigida?	<b>B.3.1.</b> Os militares para entrar na estrutura têm de ter curso
		<b>B.3.2.</b> Existem militares na estrutura sem curso
		<b>B.3.3.</b> Curso de Informações obrigatório para elementos da estrutura
		<b>B.3.4.</b> Conveniente Curso de Informações para elementos da estrutura, mas não obrigatório



		<b>B.3.5.</b> Obrigatório outros cursos de especialização na área de Informações todos os elementos da estrutura de Informações <b>B.3.6.</b> Conveniente outros Cursos de especialização para elementos da estrutura, mas não obrigatório <b>B.3.7.</b> Formação elementar para todos os militares da GNR
<b>QD2</b>	5.Considera o SIIOP uma ferramenta útil na produção de Informações? Qual a qualidade dos dados recolhidos e das Informações produzidas pelo SIIOP?	<b>B.4.1.</b> O SIIOP é fundamental <b>B.4.2.</b> O SIIOP muito útil <b>B.4.3.</b> O SIIOP é pouco útil <b>B.4.4.</b> Boa qualidade dos dados recolhidos <b>B.4.5.</b> Má qualidade dos dados recolhidos <b>B.4.6.</b> Boa qualidade das Informações produzidas <b>B.4.7.</b> Má qualidade das Informações produzidas <b>B.4.8.</b> Qualidade dos dados e das Informações a melhorar
<b>QD2</b>	6.Qual o grau de dificuldade na utilização do SIIOP e que formação deve o efetivo ter? Descreva as razões para a sua resposta.	<b>B.5.1.</b> Grau de dificuldade elevado <b>B.5.2.</b> Grau de dificuldade aceitável <b>B.5.3.</b> Grau de dificuldade fácil <b>B.5.4.</b> Dificuldade baixa conforme utilização e geração dos militares <b>B.5.5.</b> Formação específica da ferramenta
<b>QD2</b>	7.Considera que o rede e o hardware informático da GNR é adequado à utilização do SIIOP? O que deve mudar neste campo.	<b>B.6.1.</b> Rede e hardware muito bom <b>B.6.2.</b> Rede e hardware aceitável <b>B.6.3.</b> Rede e hardware mau <b>B.6.4.</b> Acompanhar a evolução tecnológica e do SIIOP <b>B.6.5.</b> Programas de aquisição de material informático
<b>QD2</b>	8. Considera que o separador de notícias do SIIOP veio melhorar o ciclo de produção de Informações? Qual a qualidade dos dados recolhidos e das Informações produzidas?	<b>B.7.1.</b> Melhorou muito o Ciclo de Produção de Informações <b>B.7.2.</b> Não trouxe melhorias para o ciclo de produção das Informações <b>B.7.3.</b> Melhorou muito a qualidade das Informações <b>B.7.4.</b> Não trouxe melhorias na qualidade das Informações produzidas
<b>QD3</b>	9. Considera importante que a atividade operacional da GNR seja/ou possa vir a ser planeada e conduzida com base nas Informações policiais? Quais os motivos para a sua afirmação?	<b>C.1.1.</b> Muito importante <b>C.1.2.</b> Importante <b>C.1.3.</b> Pouco importante <b>C.1.4.</b> Melhor gestão dos meios <b>C.1.5.</b> Mais segurança e proteção da força <b>C.1.6.</b> Outros
<b>QD3</b>	10. Em que vertentes acha importante que a atividade operacional da GNR seja/ou possa vir a ser planeada e conduzida com base nas Informações policiais?	<b>C.2.1.</b> Policimento Geral <b>C.2.2.</b> Prevenção de fenómenos criminais <b>C.2.3.</b> Grandes Operações <b>C.2.4.</b> Ações de fiscalização <b>C.2.5.</b> Proteção da força



		<b>C.2.6.</b> Outros
<b>QD3</b>	11.Quais as vantagens e desvantagens da atividade operacional ser planeada com base nas Informações Policiais? Discrimine as vantagens e desvantagens por vertente anteriormente apresentada.	<b>C.3.1.</b> Eficácia e eficiência
		<b>C.3.2.</b> Rentabilização dos recursos
		<b>C.3.3.</b> Melhor proteção da força
		<b>C.3.4.</b> Assertividade no patrulhamento
		<b>C.3.5.</b> Redução de criminalidade
		<b>C.3.6.</b> Previsão de ameaças e riscos melhorando segurança
		<b>C.3.7.</b> Outros
<b>QD3</b>	12.Como qualifica o desempenho da atividade operacional que é planeado com base nas Informações Policiais? Discrimine as vantagens e desvantagens por vertente anteriormente apresentada.	<b>C.4.1.</b> Desempenho operacional excecional
		<b>C.4.2.</b> Desempenho operacional bom
		<b>C.4.3.</b> Desempenho operacional mediano
		<b>C.4.4.</b> Desempenho operacional mau
		<b>C.4.5.</b> Outras qualificações

Quadro 7 – Análise das respostas às entrevistas

Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 1	Segmento
<b>Questão 1</b>	<b>Que tipo de Informações a GNR legalmente pode produzir e para que finalidade as pode utilizar?</b>	
<b>E1</b>	"[...] é um trabalho que é prospetivo, é um trabalho antes dos fenómenos, é um trabalho antes até dos crimes [...]" "[...] Informações vão muito além daquilo que é a criminalidade[...]" "[...] questões relacionadas com a cibersegurança, com a contestação social, insegurança e a violência, como o terrorismo extremismo violento e a radicalização ou como a proteção da força e segurança militar[...]" "[...] ao fim ao cabo nas suas 3 vertentes: Informações contra informação e segurança ou no âmbito da proteção de infraestruturas[...]" "[...] Portanto a Guarda Nacional Republicana nos termos daquilo que a diferente legislação lhe confere, pode desenvolver Informações ao seu nível, naturalmente estratégico operacional e tático[...]" "[...] são enquadráveis quer pela LSI, como pelo Plano de Coordenação Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança, como depois também pelo nosso Regulamento de Serviço da Guarda por diversas NEP's circulares e também pelo Decreto regulamentar 19/2008 e pelo Despacho 11132/2018 que regulam as atribuições dos diferentes órgãos da GNR e no caso naturalmente da DI[...]"	<b>A.1.1/A.1.4/ A.1.5/A.1.6/ A.1.7</b>
<b>E2</b>	"(...) pode produzir aquelas Informações, que são as chamadas Informações normais digamos assim, de apoio à atividade operacional, o MITM, Missão Inimigo Terreno e Meios [...]" "[...], a Guarda também pode produzir outro tipo de Informações relacionadas a fenómenos criminais, portanto, que possam começar a acontecer, mas que ao fim ao cabo ainda não estejam sobre investigação[...]" "A partir do momento em que começa a haver investigações deixa de ser do foro das Informações e passa a ser do foro da Investigação Criminal e da Informação Criminal[...]" "[...] a Guarda também podem pesquisar, digamos assim, se por acaso existe uma associação, se existe um grupo de indivíduos que pode estar a preparar para fazer um corte de estrada uma manifestação, portanto, ao fim ao cabo para ajudar um pouco que a atividade operacional possa de certa forma antecipar-se e presumir os meios que são necessários para fazer face à alteração da ordem pública[...]" "[...] questões pessoais, eu aí já tenho muitas dúvidas, porque eu penso que GNR não tem competência(...)"	<b>A.1.5. /A.1.1.</b>
<b>E3</b>	"“As Unidades Territoriais produzem grosso modo, em nosso entender, 2 tipo de Informações: Policiais e Criminais. As primeiras para delinear a atividade operacional policial e rentabilizar recursos e ou reduzir (antecipando) potenciais ameaças e as segundas para utilizar no âmbito de investigações em curso	<b>A.1.1/A.1.4/ A.1.5</b>





<b>E4</b>	<i>“IP e Informações criminais. As IP visam a prevenção criminal e orientar os meios operacionais para a atividade operacional. As Informações criminais têm como finalidade identificação autores dos crimes e obter prova no âmbito dos inquéritos criminais.”</i>	<b>A.1.1/A.1.4./A.1.5</b>
<b>E5</b>	<i>"[...]Se tivermos de dividir as Informações em 2 (dois) grandes blocos seria: informações de natureza policial e por fim as informações criminais. [...]"</i>	<b>A.1.1/A.1.4/A.1.5</b>
<b>Entrevistado</b>	<b>Excerto da resposta à Questão n.º 2</b>	<b>Segmento</b>
<b>Questão 2</b>	<b>2. Considerando o ciclo de produção de Informações da GNR quais são os órgãos/unidades/ subunidades/ elementos tem a sua disposição para esta função e que atribuições têm?</b>	
<b>E1</b>	<i>"[...]tenho duas divisões. Uma Divisão de Informações e uma Divisão de Contrainformação e Segurança. Cada uma tem essencialmente duas Repartições. A Divisão de Informações tem uma Repartição de Estudos e Cooperação Interinstitucional e uma Centro de Informações que tem esta designação, mas é o equivalente a uma repartição. Depois a Divisão de Contrainformação e segurança tem a Repartição de Contrainformação e a Repartição de Segurança [...]" "[...] não numa dependência indireta seja hierárquica seja técnica, de alguma forma para o ciclo de produção de Informações tudo qualquer militar da Guarda em última instância contribui, porquê, porque qualquer militar da Guarda é por si só órgão de pesquisa [...]" "[...] todas as subunidades a partir, da subunidade destacamento, podem contribuir para o ciclo de produção de Informações com a elaboração de produtos."</i>	<b>B.1.1./B.1.3./B.1.6./B.1.7./B.1.8</b>
<b>E2</b>	<i>"[...]os NAIC'S passaram a ser NAIC's Núcleos de Análise de Informações e Informação Criminal, mas não passou mais nada, ou seja, que é que fazia o trabalho quando era necessário HUMINT? Desviava-se os meios da investigação criminal para ir fazer algum trabalho HUMINT. Quem é que produzia relatórios de Informações? Desviavam-se indivíduos que tinham recebido formação para serem analistas de informação criminal, não tinham analistas de Informações [...]" "[...] A Guarda não tem e optou por dizer assim, e não deixa de ser verdade, cada militar é uma fonte de pesquisa de Informações [...]" "[...] a verdade é que continuamos a ter uma dependência de investigação criminal quando se quer coisas específicas. Nesta altura o General Comandante mandou fazer a revisão do Despacho 18/14 que colocou as Informações dentro da investigação criminal, e a ideia é desagregar, ou seja as Informações vão tornar a voltar para as SOIRP's como era antigamente[...]" "[...] Quando houver a revisão do despacho 18/14 com a desagregação das Informações da investigação criminal eu não sei que resposta que vou dar, portanto eu sei que efetivamente dois militares da SIIC vão transitar para a SOI para fazer digamos assim aquele trabalho de estatística criminal e para responder a esta questão. Ao fim ao cabo vão serem eles os interlocutores com a Direção de Informações[...]"</i>	<b>B.1.3/B.1.6</b>
<b>E3</b>	<i>"[...] Não existem órgãos específicos destinados exclusivamente a este fim. No limite todos os militares da GNR são órgãos de pesquisa de notícias. Desde o patrulheiro, ao militar da secretaria aos órgãos de investigação criminal. E qualquer um deles pode ser portador de notícias que originam informação com interesse policial ou criminal [...]"</i>	<b>B.1.1/B.1.2/B.1.5/B.1.6/B.1.7</b>
<b>E4</b>	<i>"[...] Qualquer militar pode ser integrado no ciclo de produção de Informações, visto ter a capacidade de relatar notícias que depois de tratadas poderão ser Informações com valor para uso operacional [...]" "[...] A SIIC, nas suas várias vertentes têm a atribuição, nomeadamente através do NAIC para apoiar os investigadores operativos, através da análise e inter-relação das Informações[...]" "[...] O NAO procede igualmente à recolha de Informações em fontes humanas (HUMINT)"</i>	<b>B.1.1/B.1.2/B.1.5/B.1.6/B.1.7.</b>
<b>E5</b>	<i>"As Salas de Situação (SSit) das Unidades dependem tecnicamente do CINGOp, e poderão ser consideradas no ciclo suprarreferido como órgãos de obtenção e processamento simplificado de notícias [...]"</i>	<b>B.1.3/B.1.5</b>
<b>Entrevistado</b>	<b>Excerto da resposta à Questão n.º 3</b>	<b>Segmento</b>



<b>Questão 3</b>	<b>Considerando a atual estrutura orgânica da Guarda, onde devem ser incluídas as Informações Policiais? Na DIC ou DI, nas SIIC ou nas SOTRP, ou em todos? Descreva as razões para a sua resposta.</b>	
<b>E1</b>	"[...]Jesse assunto está, portanto ainda em revisão e não vou neste momento adiantar-te muito relativamente a essa a essa matéria[...]" "[...] perguntado se as IP devem estar na DIC ou na DI na SIIC os na SOTRP ou em todos, isto entra também no âmbito da tal confusão de conceitos de IP. Nós quando dizemos IP de alguma forma queremos abarcar tudo aquilo que são o espectro de Informações de uma polícia onde podem estar englobadas tudo aquilo que sejam Informações de todas aquelas áreas de interesse [...]" "[...]naturalmente que ao nível do comando superior da Guarda está claramente na DI onde deverão estar e onde deve haver uma separação muito concreta sobre aquilo que ao trabalho de Informações e investigação criminal, ao nível das unidades face aos trabalhos que ainda estão em curso eu não queria adiantar muito relativamente a esta questão porque isto pode ser visto sobre várias perspetivas. Naturalmente que há a perspetiva daquilo que em termos conceptuais deveria de ser, como existe ao nível do comando superior há uma clara separação entre Direção de Informações Direção de Investigação Criminal, mas ao nível das unidades há também aqui algumas questões relacionadas com necessidade de aproveitamento de sinergias de recursos e, portanto, eu nesta fase em que estamos gostaria de reservar para mim uma posição relativamente a esta matéria[...]"	
<b>E2</b>	"[...] as Informações têm que ser incluídas nas secções de operações não vejo outra hipótese [...]" "[...]As SIIC passaram a ser de Seções de Informações e Investigação Criminal, principalmente nos NAIC'S passaram a ser mais NAIC's Núcleos de Análise de Informações e Informação Criminal, mas não passou mais nada, ou seja, que é que fazia ao trabalho quando era necessário HUMINT? Desviava-se os meios da investigação criminal para ir fazer algum trabalho HUMINT, quem é que produzia relatórios de Informações? Eram indivíduos que tinham recebido formação para serem analistas de informação criminal[...]"	<b>B.2.3/ B.2.3.2</b>
<b>E3</b>	"[...]Em nosso entender as IP devem ser incluídas na DI, ao nível superior e na SOTRP ao nível das Unidades. Este era aliás o modelo anterior. É à SOTRP que compete a coordenação da atividade operacional como tal e para um efetivo planeamento tem de dispor das IP que o podem afetar[...]"	<b>B.2.3./B.2.3. 2</b>
<b>E4</b>	"As IP devem ser incluídas em todas as estruturas referidas, visto serem indissociáveis da investigação criminal, das Informações e do planeamento operacional."	<b>B.2.5/B.2.5. 2</b>
<b>E5</b>	"[...] sou de opinião que as IP ao nível operacional deveriam estar sob a responsabilidade da DI, e ao nível tático nas SOTRP [...]", "[...] existir uma seção própria para as Informações [...]", "[...] Esta solução daria às IP a importância que estas merecem como fator condicionador no planeamento e execução de operações."	<b>B.2.3./B.2.3. 2</b>
<b>Entrevistado</b>	<b>Excerto da resposta à Questão n.º 4</b>	<b>Segmento</b>
<b>Questão 4</b>	<b>Considerando o ciclo de produção de Informações da GNR, que formação é exigida aos Recursos Humanos e, qual acha que devia ser exigida?</b>	
<b>E1</b>	"[...]exigida propriamente dita neste momento não há um conjunto de cursos que sejam obrigatoriamente tidos como militar possuir para poder desempenhar funções nesta área[...]" "[...] ao nível da Direção de Informações tem alguns militares que entretanto foram aqui colocados e que não possuem curso [...]" "[...] Informações na GNR pelo menos neste momento não são uma especialidade e portanto não estão também condicionadas pela necessidade de um conjunto de requisitos para poder ingressar[...]" "[...]agora naturalmente que é imprescindível que exista a formação ao nível de quem trabalha em Informações desde logo curso de Informações, também curso de análise e depois e consoante outras áreas	<b>B.3.2/ B.3.4/B.3.6</b>



	<i>onde se trabalha, como em concreto o Centro Informações é essencial ter formação na área[...]"</i>	
<b>E2</b>	<i>"[...] acho que também deveria passar a existir curso para guardas[...]", "[...] deveriam passar também a dar o curso de Informações aos elementos não só que vão para a SOITRP como também se quiser ter uma estrutura no terreno em termos de HUMINT [...]", "[...] formar oficiais se calhar um curso de dois em dois ou de três em três anos para sargentos a mesma coisa e para guardas se calhar tem que fazer um esforço inicial para formar os 60 mas depois se calhar fica com uma estrutura minimamente montada[...]"</i>	<b>B.3.4/ B.3.6 /B.3.2.</b>
<b>E3</b>	<i>"[...] Existe um curso de Informações na Guarda (CIG) que entendemos deveria ser a formação base para os militares que tem por missão trabalhar especificamente esta área [...]"</i>	<b>B.3.3/B.3.2</b>
<b>E4</b>	<i>"(...)a formação é ministrada em todos os cursos de formação inicial e de promoção, assim como nos cursos de especialização específicos da área das Informações e da investigação criminal[...]" "[...] formação ao nível dos guardas e sargentos deve ser mais de índole prática e de forma potenciar a importância da qualidade da recolha das notícias na produção das Informações[...]" "[...] Ao nível dos oficiais, deve ser ministrada formação com vista à melhor utilização das Informações no planeamento de operações e das ações de prevenção criminal[...]"</i>	<b>B.3.4/ B.3.6/B.3.7</b>
<b>E5</b>	<i>"[...] A formação atual que os militares possuem é aquela que é disponibilizada nos diferentes cursos de formação que frequentam, a começar pelo Curso de Formação de Guarda (CFG) para os Guardas, ou no caso dos Oficiais, pelo Curso de Formação frequentado na Academia Militar[...]" "[...] considero ser manifestamente escassa essa formação, e que deveria haver ao nível de toda estrutura uma maior aposta[...]"</i>	<b>B.3.2/B.3.7</b>
<b>Entrevistado</b>	<b>Excerto da resposta à Questão n.º 5</b>	<b>Segmento</b>
<b>Questão 5</b>	<b>Considera o SIIOP uma Ferramenta Útil na Produção de Informações? Qual a qualidade dos dados recolhidos e das Informações produzidas pelo SIIOP?</b>	
<b>E1</b>	<i>"[...]O SIIOP é uma ferramenta eu não diria dia útil apenas, diria que é absolutamente central para a produção de Informações [...]" "[...] a qualidade dos dados naturalmente que é fundamental e está desde logo muito dependente do registo, e portanto está muito dependente daquilo que é a interação que cada um de nós possa ter com o sistema[...]" "[...]passámos a ter SIIOP Principal com sistema para recolha e registo de dados da criminalidade e a sua exportação automatizada para a direção-geral da política de justiça, o que permitiu eliminar o envio mensal por parte de toda a Guarda para a direção-geral política de justiça de mais de 800 ficheiros Excel e portanto isso foi um trabalho essencial [...]" "[...] assistimos paulatinamente a uma melhoria generalizada dos dados. Eu dava um exemplo de algo que não tínhamos e que temos agora em termos daquilo que é a qualidade dos dados que lá metemos, por exemplo no ano de 2020 cerca de 129000 crimes que tivemos registados no SIIOP principal em termos de estatística criminal da Guarda 98% têm as coordenadas geográficas [...]"</i>	<b>B.4.1/B.4.8</b>
<b>E2</b>	<i>"[...] SIIOP foi sendo desenvolvido para dar resposta às necessidades da Direção de Informações a verdade é esta. O SIIOP foi sendo desenvolvido para dar resposta às necessidades estatísticas[...]" ". "[...] portanto não há dúvida nenhuma que O SIIOP é uma ferramenta útil na produção de Informações [...]" "[...]Hoje em dia tudo deveria ser inserido lá e é claro que ainda temos o problema na área da Investigação Criminal, pouco ou nada é inserido, digamos o auto notícia é inserido mas todas as diligências seguintes de investigação criminal não são lá inseridas muito por causa da confidencialidade[...]" "[...]O problema do SIIOP é ter que se desenvolver uma restrição maior de perfis atribuídos para conceder que a investigação criminal colocasse lá tudo [...]" "[...]A qualidade, eu penso que se está a trabalhar isso cada vez mais, e portanto já se está a ter algum cuidado naquilo que se introduz no SIIOP e que aquilo que se introduz no SIIOP não é especulativo como acontecia no início do modulo de notícias [...]"</i>	<b>B.4.2/B.4.8</b>



E3	"[...]O SIIOP é uma ferramenta útil [...]" "[...]A fiabilidade dos dados é hoje em dia de um nível elevado pois todo o dispositivo utiliza o sistema e ali elabora o expediente [...]" "[...]contudo, as sucessivas alterações a que tem vindo a ser sujeito com inclusão de novos e massivos campos de preenchimento, em nosso entender, desnecessários, estão a torná-lo como as anteriores versões, numa ferramenta complexa[...]"	B.4.2/B.4.6
E4	"[...] Concordo. Qualquer meio informático que consiga registar, compilar e tratar notícias é válido como meio na produção de Informações, assim como na partilha e tratamento das mesmas. No caso do SIIOP, a qualidade é muito razoável e aceitável [...]"	B.4.2/B.4.8
E5	"[...]A questão que se coloca é saber se o SIIOP-P é na realidade uma ferramenta de "produção" de Informações ou um sistema integrado de Informações. Na minha opinião, neste momento, o SIIOP-P ainda não é um sistema completo, mas caminha a passos largos para atingir este desiderato[...]", "[...] Respondendo à segunda questão, sou da opinião que a qualidade da informação ainda não é a desejável, contudo atualmente já providencia respostas a muitos problemas [...]"	B.4.8
Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 6	Segmento
Questão 6	<b>Qual o grau de dificuldade na utilização do SIIOP e que formação deve o efetivo ter? Descreva as razões para a sua resposta.</b>	
E1	"[...] eu penso que a grande dificuldade da utilização do SIIOP tem vindo a diminuir à medida que cada vez mais o militar o utiliza. Naturalmente nós todos devemos procurar que o SIIOP seja construído para ajudar [...]" "[...] penso que de alguma forma tem reduzido à medida que os militares cada vez mais estão familiarizados com o próprio SIIOP[...]" "[...] e mesmo com a evolução das Gerações de Guarda que já vem com o desenvolvimento a nível de informática e as tecnologias[...]"	B.5.4
E2	"[...] O SIIOP cada vez é mais complexo, não há dúvida nenhuma[...]" , "[...]O SIIOP neste momento com as novas gerações de militares , já mais à vontade, ao contrario de toda aquela geração, digamos assim, que quando apareceu este desenvolvimento do SIIOP já tinha quarentas e tais anos e que ficavam relutantes com a utilização da tecnologia o que tornou a coisa um pouco mais difícil[...]" "[...]Portanto o grau de dificuldade da utilização do SIIOP depende muito também do perfil digamos assim, do indivíduo que vai trabalhar com ela, do utilizador[...]"	B.5.4
E3	"[...] Como referido na resposta anterior, é cada vez mais complexo utilizar o sistema [...]", "[...] modificações efetuadas na aplicação introduzidas durante atualizações [...]", "[...] escalão superior não as anuncia ou explica o seu benefício ou alcance, sendo os utilizadores surpreendidos aquando da interação com o sistema."	B.5.1
E4	"[...] O SIIOP deverá tornar-se mais amigável, intuitivo e orientar o utilizador na inserção e consulta da informação. O efetivo deve ter formação inicial e de atualização permanente, devido à complexidade do programa e às constantes melhorias das suas versões [...]"	B.5.1/B.5.5
E5	"[...] não possuo grande dificuldade porque utilizo-a diariamente, mas reconheço que fruto das evoluções constantes a que é sujeito seja difícil para um militar manter-se atualizado. A formação deve partir do órgão que desenvolve o sistema, e depois haver uma replicação da mesma por todo o dispositivo. "	B.5.1/B.5.5
Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 7	Segmento
Questão 7	<b>Considera que o rede e o hardware informático da GNR é adequado à utilização do SIIOP? O que deve mudar neste campo.</b>	
E1	"[...]Hoje em dia estamos numa fase completamente diferente do que estávamos há uns anos porque estamos todos ligados em rede [...]" "[...] algumas unidades têm algumas dificuldades ao nível especialmente do hardware e que dificulta a sua tarefa [...]"	B.6.2





E2	<i>"[...]penso que a coisa já está bastante melhor, de resto toda o suporte de hardware, e não estamos a falar dos computadores e a capacidade dos mesmos nos Comandos Territoriais, já estou a falar mesmo na parte da DCSI do nosso centro, do nosso datacenter, nesta altura já tem uma capacidade inclusive de redundância [...]" "[...] o SIIOP é um bocadinho como os jogos de computador, à medida que nós formos evoluindo vai ser exigido mais das máquinas. É preciso haver este acompanhamento, [...]"</i>	B.6.2/B.6.4.
E3	<i>"É satisfatória, decorrendo neste momento, substituição de equipamento já obsoletos e que não comportavam convenientemente a operação do SIIOP."</i>	B.6.2/B.6.4.
E4	<i>"A rede e o hardware são genericamente suficientes, no entanto, devem prever o aumento de largura de banda e a substituição dos equipamentos de forma sustentada para permitir a evolução das versões do SIIOP [...]"</i>	B.6.2/B.6.4.
E5	<i>"Com o investimento que tem havido em infraestruturas, a dificuldade no processamento tem diminuído consideravelmente [...]"</i>	B.6.2
Entrevistado	<b>Excerto da resposta à Questão n.º 8</b>	<b>Segmento</b>
Questão 8	<b>Considera que o separador de notícias do SIIOP veio melhorar o ciclo de produção de Informações? Qual a qualidade dos dados recolhidos e das Informações produzidas?</b>	
E1	<i>"[...]Jo Separador noticias é essencial e foi essencial para melhorar o ciclo de produção de informações [...]" "[...] o separador notícias permite-nos em todas as outras áreas também de interesse que há bocadinho falava conseguirmos identificar precocemente possíveis situações que podem vir a acontecer na nossa zona da ação, permitem-nos ter um conhecimento situacional de tudo aquilo que se passa em termos policiais na ZA da GNR e portanto é um elemento fundamental [...]" "[...]em 2019 a Guarda tinha essencialmente uma média de 55 a 56 notícias por dia e, eu posso dizer que em 2020 passamos a ter essencialmente à volta de 200 notícias diárias. Portanto isto aqui dá bem para perceber o que é mudança de paradigma [...]"</i>	B.7.1/8.7.3
E2	<i>"Eu acho que sim. A DI foi adaptando digamos assim o SIIOP para as suas necessidades [...]" "[...] o SIIOP trabalhou durante muito tempo para uma direção e para uma divisão que foi a DI Informações, portanto com o objetivo de terminar o 262 para ser automático com a direção-geral política de justiça e depois era a DTSR por causa da ANSR para a estatística. A necessidade de produzir estatística era de tal maneira que o SIIOP andou a ser desenvolvido para responder isto. Mas julgo que se pode começar a pensar outras situações [...]" "[...] a qualidade dos dados recebidos das Informações produzidas eu acho que já são com alguma qualidade."</i>	B.7.1/8.7.3
E3	<i>"Não. Em nada. A pressão exercida pelo escalão superior no que respeita à utilização do separador noticias [...]" "[...] levou alguns Comandos Territoriais à inserção de informação que não tem qualquer interesse [...]"</i>	B.7.2/B.7.4
E4	<i>"Sem dúvida. Esta ferramenta permite potenciar a grande mais-valia da GNR no âmbito da recolha de notícias e na produção de Informações. [...]" processo carece de ser melhorado através da formação de quem recolhe as notícias e dos seus comandantes/chefes e daqueles que produzem as Informações e a difundem pelo dispositivo [...]"</i>	B.7.1/8.7.3
E5	<i>"O separador notícias foi o primeiro passo no sentido de valorizar a própria área das IP. De realçar que este tipo de informação é fundamental para a tomada de decisão, nos diferentes níveis: tático, operacional e estratégico. Em termos de qualidade ainda não é a desejável, salvo raras exceções."</i>	B.7.1
Entrevistado	<b>Excerto da resposta à Questão n.º 9</b>	<b>Segmento</b>
Questão 9	<b>Considera importante que a atividade operacional da GNR seja/ou possa vir a ser planeada e conduzida com base nas Informações policiais? Quais os motivos para a sua afirmação?</b>	



E1	<p><i>"É fundamental cada vez mais a atividade operacional da Guarda possa ter por base o trabalho de Informações, e numa altura então que os recursos são cada vez mais escassos, que os fenómenos são diversos, as ameaças existem de diversa natureza, para que nós possamos efetivamente direcionar os nossos meios e ir de encontro daquilo que são as necessidades em cada momento é fundamental desenvolvermos esse trabalho Informações[...]"</i></p> <p><i>"[...] ao nível do Comando Operacional por orientação naturalmente o nosso Comandante-Geral foi criado o GIPO que está a começar a desenvolver o seu trabalho que permite fazer esta interligação deste trabalho colaborativo desde logo entre as Informações e as operações procurando que com o trabalho Informações depois possa haver todo o planeamento subsequente ao nível das operações [...]"</i></p> <p><i>"[...] sem grande estudo quando nós marcávamos uma simples operação de fiscalização de trânsito em que tinha uma finalidade, por exemplo detetar indivíduos a circular sob efeito da condução sobre o efeito do álcool, nós fazíamos isto, era intuitivo, mais ou menos o dia as horas os locais como tínhamos que..... é trabalho de Informações, agora o que podemos fazer é tudo isto de forma sistematizada com base em dados concretos que estão suportados nos nossos sistemas de Informações em ferramentas de análise com a elaboração de produtos que nos permita de forma sustentada e continuada fazer este planeamento." " [...] este trabalho tem sido promovido pela DI. Quando nós começamos fortemente nos últimos anos a elaboração de diferentes produtos como relatórios de Informações, a título de exemplo, nós em 2020 elaboramos os 141 relatórios de Informações, elaboramos cerca de 215 relatórios de notícia, elaboramos cerca de 55 OZINT's HUMT's INSUMS, 183 ordens de pesquisa e portanto direcionar o nosso dispositivo para aquilo que é o esforço de pesquisa em função daquilo que são as necessidades, [...] 61 anexos de Informações, diferentes avaliações de risco e portanto temos procurado desta forma também potenciar este trabalho e orientar a atividade operacional. "</i></p>	C.1.1/C.1.4/ C.1.5
E2	<p><i>"Isso (modelos preditivos) é o que está na previsão digamos assim do que vai ser o SIIOP 2025. O projeto existe e, portanto, neste momento estamos com o SIIOP versão 3, e a versão 4 não sei sequer se vai existir ou se passamos logo para o SIOG[...]"</i></p> <p><i>"[...] DCSI está efetivamente trabalhar e efetivamente avançamos para modelos preditivos ou seja a atividade operacional quase automaticamente ser aconselhada recondicionada ao que pode ser os modelos preditivos [...]"</i></p> <p><i>"[...] A ideia é portanto modelos preditivos efetivamente é direcionar... até mesmo numa diretiva operacional de uma determinada operação com base em tudo aquilo que já foi o antecedente dos resultados daquela operação a própria ferramenta aconselhar-te novas metodologias, tirares o máximo de rendimento para que possas ir buscar o máximo de resultados em determinada operação." " [...] sim eu julgo que sim(implementar em plenitude o policiamento orientado pelas Informações as operações) [...]"</i></p> <p><i>"[...] efetivamente avançamos para modelos preditivos ou seja a atividade operacional quase automaticamente ser aconselhada recondicionada ao que pode ser os modelos preditivos, portanto é, digamos que: se vais lançar uma patrulha uma sexta-feira à noite a inteligência artificial, digamos assim, do SIIOP aconselhar-te onde é que, com base na estatística, a patrulha deve ser lançada. A ideia é um é um pouco esta[...]"</i></p>	C.1.1/C.1.4/ C.1.6
E3	<p><i>Sim, alias nem se consegue admitir que seja de outra forma. Ainda que de forma intuitiva ou empírica, mesmo sem à data se conhecer o ciclo de produção de Informações, desde sempre um planeamento inteligente, assentou nas Informações. São precisamente as Informações que permitirão antecipar problemas e rentabilizar os recursos. Planear sem considerar as Informações é investir sem conhecimento</i></p>	C.1.1./C.1.4
E4	<p><i>É vital que tal ocorra de forma transversal em toda a GNR. Só assim se poderá potenciar da melhor maneira, o planeamento das operações, as ações de prevenção e a utilização dos meios humanos e materiais, cada vez mais finitos, com vista à obtenção dos melhores resultados operacionais</i></p>	C.1.1./C.1.4/ C.1.6.



<b>E5</b>	<i>Sim, porque se sustentarmos as nossas decisões em Informações sólidas e credíveis, certamente a qualidade do trabalho desenvolvido a nível operacional será superior, assim como os níveis de eficácia e eficiência.</i>	<b>C.1.2/C.1.4./C1.6</b>
<b>Entrevistado</b>	<b>Excerto da resposta à Questão n.º 10</b>	<b>Segmento</b>
<b>Questão 10</b>	<b>Em que vertentes acha importante que a atividade operacional da GNR seja/ou possa vir a ser planeada e conduzida com base nas Informações policiais?</b>	
<b>E1</b>	<i>"Isto tem que ser em todas as áreas da atividade operacional da guarda que entroncam nas áreas de interesse [...]" "[...] segurança da força e segurança militar é essencial, é uma área que temos trabalhado aqui bastante com diferentes propostas NEP's e diversas alterações porque cada vez mais temos que estar atentos a isso e de alguma forma à hostilidade que temos verificado contra as forças de segurança, e penso que temos de estar atentos, refletirmos sobre essas questões [...]"</i>	<b>C.2.1/2/3/4/5/6</b>
<b>E2</b>	<i>"[...] É tudo, na investigação criminal um pouco mais complexo, portanto na parte da investigação criminal é um pouco mais complexo e tem que ser trabalhado um pouco à parte [...]" "[...] direcionar o patrulhamento para os grandes inventos, fiscalização, as operações temáticas [...]"</i>	<b>C.2.1/2/3/4/5</b>
<b>E3</b>	<i>"Planeamento de operações, acompanhamento de movimentos, protestos ou manifestações que possam constituir ameaça à ordem e tranquilidade pública e/ou colocar em causa a segurança das pessoas ou a integridade física dos militares. [...]" "[...] definição de novas capacidades [...]" "[...]balanceamento dos recursos humanos internos [...]"</i>	<b>C.2.1/2/3/4/5/6</b>
<b>E4</b>	<i>"Em todas as vertentes operacionais, sem exceção"</i>	<b>C.2.1/2/3/4/5/6</b>
<b>E5</b>	<i>"Planeamento, comando, decisão e execução de operações."</i>	<b>C.2.3/4/6</b>
<b>Entrevistado</b>	<b>Excerto da resposta à Questão n.º 11</b>	<b>Segmento</b>
<b>Questão 11</b>	<b>Quais as vantagens e desvantagens da atividade operacional ser planeada com base nas Informações Policiais? Discrimine as vantagens e desvantagens por vertente anteriormente apresentada.</b>	
<b>E1</b>	<i>"[...]Não vejo que haja desvantagens mas vejo que haja vantagens e penso que está perfeitamente identificado pelo Comando da Guarda e, como dizia à pouco, o nosso Comandante-Geral na diretiva do comando do 20/22 definiu a criação do GIPO, que acaba por ter uma consagração em termos de tarefas a revisão das atribuições aqui nas unidades orgânicas flexíveis nomeadamente do Departamento de Operações que é responsável pelo tal GIPO, e portanto isso é o último sinal da grande vantagem que existe ao integrarmos o trabalho de Informações como trabalho de operações[...]" "[...]também com as outras áreas como seja a Investigação Criminal como seja o SEPNA como seja dentro do Departamento de Operações em subáreas com a área Rodoviária como seja o CingOp[...]" "[...] melhor utilização dos recursos[...]" "[...]atuar em função daquilo que são as ameaças e riscos na sociedade [...]" "(...) trabalho integrado e colaborativo entre as Informações e a parte das operações[...]"</i>	<b>C.3.2/C.3. 6 /C3.7</b>
<b>E2</b>	<i>"Vantagens já falamos delas, os recursos serão sempre escassos e portanto há sempre a vantagem [...]" "[...] ter o patrulhamento direcionado para determinado sítio[...]"</i>	<b>C.3.1/C.3.2/ C.3. 4</b>
<b>E3</b>	<i>"Vantagens: antecipar problemas e ameaças, melhorar a proteção da força, rentabilizar recursos, obter mais eficácia e eficiência nas operações."</i>	<b>C.3.6/C.3.3./ C.3.1/C.3.2</b>
<b>E4</b>	<i>"o planeamento e execução de medidas preventivas para redução da criminalidade. [...]" "[...] Identificação dos criminosos e do seu modus operandi e patrulhamento dos espaços físicos mais frequentados pelos mesmos "[...] Obtenção de informação fidedigna de apoio à tomada de decisão na definição de estratégias de combate à criminalidade, emprego dos meios e execução das operações policiais[...]"</i>	<b>C.3.6/C.3.7/ C3.5/C.3.2</b>
<b>E5</b>	<i>"Vantagens: eficiência e eficácia. Dar relevância no seio da GNR a uma área que é fundamental para a obtenção de sucesso."</i>	<b>C.3.1/C.3.7</b>



Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 12	Segmento
Questão 12	<b>Como qualifica o desempenho da atividade operacional que é planeado com base nas Informações Policiais? Discrimine as vantagens e desvantagens por vertente anteriormente apresentada.</b>	
E1	<i>"[...]O GIPO também está ainda a dar os seus primeiros passos e difundiu agora a primeira diretiva trimestral de planeamento para as unidades em termos das operações a desenvolver, mas ainda há muito trabalho para realizar[...]" "[...] portanto penso que é algo que temos que realmente avaliar mais à frente. Para que isso também tenha resultados é necessário que ao nível das unidades também se vá cada vez mais se percebendo qual é a importância deste trabalho, mas para isso também é necessário recursos, é necessária formação desses recursos porque são processos que não se colocam a funcionar de um momento para o outro[...]"</i>	C.4.5
E2	<i>"[...] é um passo muito à frente. Agora o que é que muitos países utilizam... nós não temos essa capacidade por causa da proteção de dados reconhecimentos faciais [...]", "[...]Isto devia ser evolução [...]"</i>	C.4.2
E3	<i>"São precisamente as Informações que permitirão antecipar problemas e rentabilizar os recursos. Planear sem considerar as Informações é investir sem conhecimento [...]"</i>	C.4.2
E4	<i>"O desempenho da atividade operacional poderá ser excepcional desde que sejam cumpridos os requisitos explanados na resposta anterior."</i>	C.4.1
E5	<i>"O desempenho da atividade operacional que é orientado com base nas IP só pode ser positivo pelas razões evocadas anteriormente nas outras questões."</i>	C.4.2





## Apêndice D – Amostra e guião dos questionários

Conforme referido na Ponto 4.2 para a aplicação do Questionário foi utilizada a técnica de amostragem estratificada para obter uma amostra representativa segundo variáveis pré-identificadas. Os questionários tiveram o objetivo de colher os contributos da população, oficiais chefes de SIIC, SOTRP e Comandantes de Destacamento Territoriais e de Transito dos Comando Territoriais de Portugal Continental sendo que a amostra foi 50% desta população. Foram também consideradas as variáveis tipo de Comando Territorial (I, II, III) conforme classificação dada pelo Despacho 18/14-OG do Comandante-Geral de 11 março que aprova a estrutura da Investigação Criminal e, a distribuição espacial Norte, Centro, Sul, Litoral, Interior. Seguidamente apresentamos duas tabelas que materializam como se procedeu a construção da amostra:

**Quadro 8 – Caracterização da População**

Unidades	total	Distritos	Percentagem
CTer de Portugal Continental	18	Aveiro, Braga, Faro, Lisboa, Porto e Setúbal, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém, Viana do Castelo, Viseu; Beja, Bragança, Évora, Portalegre, Vila Real	100%
CTer Portugal Continental para Amostra	9	Faro, Porto e Setúbal, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Santarém, Bragança, Évora (extraídos do Quadro n.º 9)	50%
CTer Tipo I	6	Aveiro, Braga, Faro, Lisboa, Porto e Setúbal	33%
CTer Tipo II	7	Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém, Viana do Castelo, Viseu	39%
CTer Tipo III	5	Beja, Bragança, Évora, Portalegre, Vila Real	28%

**Quadro 9 – Obtenção da Amostra para questionário**

Unidades	total	Cálculo	Total	Distritos segundo distribuição: Norte; Centro, Sul e Litoral, interior
CTer Tipo I	6	9X33%	3	Faro, Porto e Setúbal
CTer Tipo II	7	9X39%	4	Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Santarém.
CTer Tipo III	5	9X28%	2	Bragança, Évora.

Assim o total da amostra foi constituído por 36 oficiais o que traduz quatro oficiais por cada Comando Territorial incluído na amostra. Após ter esta amostra foi aplicado um questionário com o Guião que se apresenta da seguida.



**Quadro 10 – Guião do Questionário**

OBJETIVO	DIMENSÃO	INDICADORES	QUESTÃO	
<b>Caracterização da Amostra</b>	–	–	1. Idade?	a. 18 – 30 anos b. 30 – 40 anos c. 40 – 50 anos d. 40 – 60 anos
	–	–	2. Anos de Serviço?	a. 00 - 05 anos b. 05 - 10 anos c. 10 - 20 anos d. 20 - 30 anos e. 30 - 40 anos
	–	–	3. Tempo de comando ou chefia da atual subunidade/ órgão?	a. 0 – 2 anos b. 2 – 4 anos c. 6 anos d. Mais de 6 anos
<b>QD1 - Que tipo de Informações são produzidas na GNR?</b>	Legal	Previsões legais;	5. Considera que a GNR tem competência legal para produzir Informações Policiais?	a. Sim b. Não
			5. Se respondeu não na resposta anterior, diga qual a razão?	a. Não existe provisão legal b. As Informações são uma exclusividade do SIRP c. Outra
<b>QD2 - Como se processa o ciclo de produção de Informações na GNR?</b>	Estrutura	Tipo de Órgãos  Atribuições	6. Qual das Secções de Estado Maior deve ser responsável pela produção de Informações Policiais?	a. SIIC b. SOTRP c. As Duas d. Secção de Informações como órgão independente



OBJETIVO	DIMENSÃO	INDICADORES	QUESTÃO	
<b>QD2 -Como se processa o ciclo de produção de Informações na GNR?</b>	Doutrina		7. Mediante a resposta anterior indique 3 motivos para a sua resposta.	a. Melhor funcionamento do Ciclo de Produção de Informações b. Produção de uma maior variedade de Informações c. Melhor aproveitamento das Informações Produzidas d. Outras
	Ferramentas de Apoio	Avaliação do SIIOP	8. Em que medida o SIIOP é útil para o ciclo de produção de Informações da GNR?	a. Extremamente útil b. Muito útil c. Útil d. Pouco útil e. Nada útil
			9. Qual a importância do separador de notícias do SIIOP para ciclo de produção de Informações da GNR?	a. Extremamente Importante b. Muito importante c. Importante d. Pouco importante e. Nada importante
<b>QD3- Que Importância as Informações Produzidas pela GNR têm no seu desempenho operacional?</b>	Policia	Importância	10. Considera importante a atividade operacional ser planeada com base nas Informações Policiais? 11. Mediante a resposta à pergunta anterior indique 3 motivos.	a. extremamente importante b. muito importante c. importante d. pouco importante e. nada importante
		Vantagens de Planeamento e qualidade no desempenho de: • Policiamento geral;	12. Indique quais das atividades da sua Unidade são orientadas com base nas Informações policiais. 13. Se respondeu outras enumere 1 a 3 dessas essas atividades. 14. Se respondeu nenhuma indique 3 motivos.	a. policiamento Geral b. Ações de Fiscalização c. prevenção de fenómenos criminais d. Grandes operações e. proteção da força f. outras g. nenhuma



OBJETIVO	DIMENSÃO	INDICADORES	QUESTÃO	
<b>QD3- Que Importância as Informações Produzidas pela GNR têm no seu desempenho operacional?</b>	Policial	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ações de Fiscalização</li><li>• Prevenção de fenómenos criminais</li><li>• Grandes operações</li><li>• Proteção da Força</li></ul>	15. Das atividades mencionadas anteriormente e que não assinalou, quais acha que deveriam também ser orientadas com base nas Informações Policiais?	a. policiamento Geral b. Ações de fiscalização c. prevenção de fenómenos criminais d. Grandes operações e. Proteção da Força f. Outra
			16. Como qualifica em termos de eficácia o desempenho das atividades operacionais que indicou serem orientadas com base nas Informações Policiais?	a. Extremamente eficaz b. Muito eficaz c. Eficaz d. Pouco eficaz e. não acrescenta eficácia
			16. Mediante a resposta anterior indique 3 razões.	a. resultados com qualidade b. bons resultados com esforço equilibrado c. Outra
			18. Como qualifica em termos de coordenação o desempenho das atividades operacionais que indicou serem orientadas com base nas Informações Policiais?  19. Mediante a Resposta anterior indique 3 Razões	a. Excelente coordenação b. Muito Boa Coordenação c. Boa Coordenação d. Má coordenação e. nenhuma coordenação



## Apêndice E – Transcrição das respostas às questões 17 e 19 do questionário

Quadro 11 – Respostas à Questão n.º 17 e 18

Resposta anterior	Razões apresentadas	Resposta
Extremamente eficaz Muito eficaz Eficaz	resultados com qualidade	11
	Bons resultados com esforço equilibrado	20
	otimização do patrulhamento no dia/hora/local certos	1
	Melhor e maior prevenção	1
	Resultados operacionais significativos	1
	adequação dos recursos às necessidades	1
Boa Coordenação	de um modo geral, até de forma intuitiva ou expedita, sempre se usaram as Informações no planeamento da atividade operacional. Porém, a coordenação e o desempenho operacional orientado com base nas Informações pode ainda ser significativamente melhorado	1
Muito Boa Coordenação	A coordenação no empenhamento do serviço operacional, vai permitir conjugar melhor os meios rentabilizando os mesmos. Coordenando-se todos os serviços promove-se uma cultura de sucesso nos resultados sem haver prejuízo para qualquer das missões desenvolvidas.	1
Muito Boa Coordenação	Proximidade de trabalho da SIIC com a SOTRP; elevados números de ocorrências permitem efetuar análises mais assertivas; e formação do efetivo.	1
Boa Coordenação	atraso na comunicação das Informações, dificuldade na partilha, inexistência de avaliação dos resultados	1
Muito Boa Coordenação	Devido a um exponencial aumento de complexidade de atuação com que as forças de segurança se deparam no seu dia a dia, devem basear a atuação dos seus elementos numa adequada gestão da informação, passando não apenas pela pesquisa, análise e tratamento da informação disponível, mas também pela sua disponibilização aos elementos que dela realmente necessitam, nomeadamente os Patrulheiros, devendo ser a informação direcionada para as atividades de prevenção e combate ao crime e para um eficiente emprego e atuação dos meios policiais.	1
Muito Boa Coordenação	Ações de fiscalização mais objetivas; Preparação prévia para as matérias a fiscalizar; empenhamento dos meios necessários à fiscalização.	1
Má coordenação	A recolha de Informações e o seu tratamento é desenvolvido localmente na Subunidade, e não por um órgão especializado constituído por militares com formação	1
Má coordenação	Ainda existe uma grande dificuldade de separar investigação criminal de Informações policiais, sendo as Informações tratadas como matéria classificada e com divulgação bastante restrita. Existe também pouca especialização na área fruto da perceção errada da relação entre Informações e IC.	1



Má Coordenação	<p>O policiamento e serviço em geral, orientado pelas Informações é um tema vital ao serviço desempenhado pela Guarda que deveria ser uma realidade do presente, mas, que a par da forma de funcionamento dos SIGAOp é também, um tema muito sensível. É necessário ter a consciência nos diversos escalões de comando para o facto de que a informação (e os SIGAOp em geral) enquanto tal deve ser utilizada com o princípio de facilitar o serviço dos militares que se encontram na primeira linha/serviço operacional. Não pode nunca constituir-se um constrangimento à atividade desses militares. O que frequentemente se verifica, face à constante necessidade de alimentar as bases de dados para o escalão superior, é uma sobrecarga dos militares com a alimentação das inúmeras e distintas bases de dados/plataformas, as quais, no final de contas, não respondem às necessidades dos militares que prestam serviço de primeira linha - operacionais no terreno - servindo-se apenas como bases fornecedoras de dados estatísticos, que embora necessários, não se podem sobrepor à necessidade dos operacionais do terreno. A obtenção de dados estatísticos e a análise dos dados, pelos escalões superiores, é necessária sim, mas deverá ser um "objetivo posterior" ao referido supra, que não pode nunca comprometer a resposta imediata dos operacionais que se encontram face a face com o cidadão, o qual, naturalmente, anseia ver os seus problemas resolvidos.</p>	1
----------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---